

EDUCAÇÃO

Diante do consenso da necessidade de inclusão de estudantes PCDs, o dissenso se estabelece nas relações de trabalho

12

CONAE

A Conferência debateu educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável

28

ENSINO SUPERIOR

O ensino superior brasileiro vive uma crise com características particulares, mas que pode ser superada

34

TARSO GENRO

Como as eleições municipais podem influenciar no bloqueio da extrema direita e quais as condições necessárias para a reafirmação da democracia são questões que se impõem e exigem reflexão

R E V I S T A textual

JUNHO 2024 | VOL 1 | N° 34

ISSN 1677-9126

| 16

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

Por que ensinar História nos dias de hoje é perigoso?

Intimidação, censura, autocensura e os mecanismos de vigilância que tentam retirar a liberdade de professores e estudantes | 22



Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v. 1 nr. 34 (junho/2024). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2024.

v.: 22x26 cm

Anual

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SINPRO/RS
*Sindicato Cidadão***Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul**

Fundado em maio de 1938, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Sinpro/RS foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas, estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando, cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal *Extra Classe* (46 prêmios de jornalismo) e portal www.extraclasse.org.br; pelo portal www.sinprors.org.br; pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela *Revista Textual*.

DIREÇÃO COLEGIADA ESTADUAL | Amarildo Pedro Cenci, Arthur Beltrão Tello, Cássio Filipe Galvão Bessa, Cecília Maria Martins Farias, Erlon Veronez Schuler, Flávio Miguel Henn, Fernanda Surita Duarte, Glória Celeste Pires Bittencourt, Honor de Almeida Neto, Marcos Júlio Fuhr, Marcos Paulo Tonial, Margot Johanna Capela Andras, Rodrigo Perla Martins, Sani Belfer Cardon.

CONSELHO FISCAL | Titulares: Jeferson Luis Lima Cunha, Sílvia da Silva Lopes, Victor Hugo Tabarez Santana – Suplentes: Laudemiro Volmar Da Cunha Trindade, Josiane de Assis Bueno.

REGIONAL BAGÉ | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Roselene Oliveira Winter, Valton

Severo Gonçalves – **REGIONAL BENTO GONÇALVES** | Fabiane Sassi Caio, Ivânia de Brito Costanzi, João Paulo Scotti – **REGIONAL CAPÃO DA CANOA** | Helena Meinhardt – **REGIONAL LAJEADO** | Cristiane Antônia Hauschild Johann, Cristiane Feltraco Navarro, Douglas Barbosa Schlabit – **REGIONAL PASSO FUNDO** | Alba Valeria Oliveira Ficagna, Claudia Freires da Silva, Jean Mauro Menuzzi, Lisene Maroso, Mateus Cavalheiro Del Ré – **REGIONAL PELOTAS** | Cristiane Marryam de Matos Quiumento, Luiz Otávio Pinhatti, Marcos Kammer – **REGIONAL RIO GRANDE** | Marlene José Machado – **REGIONAL SANTA CRUZ DO SUL** | Betina Durante, Elizani Kaizer, João Batista

Gomes, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich – **REGIONAL SANTA MARIA** | Belquiz Medianeira Oliveira da Silva, Edmar Pereira Fabrício, Maria Lúcia Coelho Corrêa, Paulo Renato dos Santos Ferrony – **REGIONAL SANTA ROSA** | Carla Simone Sperling, Juciara Saviana Machado do Amaral, Naima Marmitt Wadi – **REGIONAL SANTO ÂNGELO** | Aline Bonesso Portella, Cirilo José Dalla Costa, Sandra Balbê de Freitas – **REGIONAL SÃO LEOPOLDO** | Andrea Maria Ritter, Beatriz Sallet, Bruna Raquel Pilatti Weirich, Daniel Vieira Sebastiani, Otávio Afonso Forneck – **REGIONAL URUGUAIANA** | Evandro Ribeiro Rosso, Sandra Cristina Vargas dos Santos Pereira.

expediente

A *Revista Textual* é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. Impressão | Gráfica ANS - Tiragem 3.000 exemplares. **Coordenação-Geral** | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | César Fraga | cesar.fraga@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Fernanda Surita Duarte, Marcos Paulo Tonial, Cristiane Antônia Hauschild Johann, Marcos Júlio Fuhr, Rodrigo Perla Martins, Arthur Beltrão Tello, Beatriz Sallet, Evandro Ribeiro Rosso, Honor de Almeida Neto, Marcos Kammer, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich, Jean Mauro Menuzzi e Victor Hugo Tabarez Santana. **Revisão** | Press Revisão. **Fotografia** | Igor Sperotto. **Foto da Capa** | Ammentorp / Dreamstime.com. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre, RS
(51) 4009.2900 – 4009.2980
www.sinprors.org.br/textual
textual@sinprors.org.br

sumário

editorial

Por que as aulas de História são tão perigosas?



Em nosso artigo-capa desta edição, o professor Nilton Mullet Pereira faz a seguinte provocação: “Por que ensinar História, no Brasil, nos tempos atuais, tem sido uma atividade docente que tem implicado em controle, vigilância e até perseguições a professores e professoras?” Em seu texto, ele elenca algumas razões. Um dos pontos é que, ao abordar determinadas temáticas, ensinar História incomoda e desacomoda determinadas formas cristalizadas de pensar as relações entre os seres do mundo. Com isso, tem se tornado comum que professores e professoras de História se autocensuram e tenham receio ao abordar temáticas como gênero, raça, classe, pobreza, ditadura, uma vez que tais questões podem causar murmúrios, reclamações e desacomodação em determinadas pessoas, que se sentem ofendidas com a multiplicidade das formas de vida ou com a crítica social. Porém, segundo ele, se uma aula de História não abordar raça, classe, gênero, certamente se resumirá a ensinar a velha história política, voltada a afirmar a existência de heróis nacionais ou de grandes homens brancos que teriam sido os sujeitos principais da história do Brasil.

artigos | o professor e o mundo da escola

CAPA

Os perigos da aula de História 22

Inclusão escolar: quase consenso pedagógico e dissenso trabalhista 12

artigos | dinâmica do meio educacional

A Conae e o novo Plano Nacional de Educação 28

A crise do Ensino Superior do Brasil: um caso *sui generis* 34

ensaios

A desordem da ordem global 4

Eleições municipais de 2024 e a quebra dos paradigmas 16

Desordem global e mudança de poder

O ambiente internacional está marcado pela propagação de conflitos políticos locais, regionais e guerras. Essa é uma característica de nosso tempo. Mesmo que não possuam relação entre si, esses conflitos representam um importante indício de que a realidade que está posta produz mais impasses do que as soluções construtivas para a humanidade. Em grande medida, isso ocorre por efeito da emergência de mudanças importantes na distribuição – corrente e prospectiva – do poder global. A partir desse mote, os pesquisadores André Moreira Cunha, André Ferrari e Alessandro Donadio Miebach, do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisam o fenômeno.

Eleições municipais, crise do ensino superior, PNE e inclusão

O ex-governador Tarso Genro, em seu ensaio, faz também uma análise da conjuntura política contemporânea e sua influência sobre as eleições municipais de 2024, no Brasil. O doutor em Administração Eugênio Jacobus discorre sobre a crise do ensino superior brasileiro. A diretora do Sinpro/RS Margot Andras atualiza o debate sobre o próximo Plano Nacional de Educação a partir dos Conaes. E o professor universitário e advogado trabalhista Rômulo Escouto aborda a inclusão escolar na educação superior e os dissensos trabalhistas decorrentes da mesma.

Boa leitura!

ensaio

**André
Moreira Cunha¹**

Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Andrés Ferrari²

Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Alessandro
Donadio Miebach³**

Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A desordem da ordem global

Palavras-chave: Nova ordem mundial, Globalização, Sul Global.

Resumo

A disseminação de confrontações políticas locais, regionais e guerras é uma característica marcante do ambiente internacional contemporâneo. Apesar de, em muitos casos, não haver, no plano das aparências, relações diretas entre si, tais conflitos representam um importante indicativo de que o atual ordenamento internacional produz mais impasses do que soluções construtivas para a civilização humana. Em grande medida, isso ocorre por efeito da emergência de mudanças importantes na distribuição – corrente e prospectiva – do poder global.

As instituições criadas para mediar as relações entre as nações e entre estas e alguns agentes não estatais ainda estão, em certa medida, baseadas na configuração internacional que emergiu da Segunda Guerra Mundial, a partir dos acordos pactuados em Yalta e Postdam. O mundo desenhado pelos líderes das potências vitoriosas no conflito começou a contar com uma estrutura oficial multilateral, que passaria a responder pela busca de maior cooperação entre as nações: a Organização das Nações Unidas (ONU).

A versão original da ordem de Yalta foi parcialmente reconfigurada pelo colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ocorrido em 1991, e pela subsequente consolidação da liderança dos Estados Unidos da América (EUA) no cenário internacional. Dessa forma, o mundo ingressou no século XXI sob a incontestável hegemô-

nia estadunidense, com um correspondente arranjo social e econômico consolidado, o neoliberalismo, e em processo acelerado de integração de novos espaços na economia global, notadamente a China.

Entretanto, o primeiro quarto do século XXI revelou o amadurecimento de um conjunto de contradições gestadas no processo de consolidação tanto do poder dos EUA, quanto do neoliberalismo. Essa dinâmica tem conduzido a transformações na ordem internacional e auxilia na compreensão da proliferação de conflitos regionais no período posterior à pandemia de Covid-19. As conflagrações de maior visibilidade neste momento, a guerra da Ucrânia e a guerra de Gaza, envolvem diretamente os EUA e seus sócios na ordem vigente. Esses países definiram a ordem mundial a partir do ascenso do Reino

na sequência, algumas das tendências mais visíveis nesta dinâmica, as quais apontam na direção de uma reorganização da economia mundial. Revela-se uma moldura distinta da que se consolidou sob a liderança anglo-saxão.

Janet Yellen na China

Em setembro de 1793, George Macartney, representante do rei da Grã-Bretanha e Irlanda, George III (1738-1820), foi recebido na corte do imperador chinês, Qianlong (1711-1799). Sua missão era a de estabelecer condições mais favoráveis para o comércio bilateral entre o milenar Império do Meio e o ascendente Império Britânico. Na perspectiva de Macartney, tratava-se de uma relação entre dois poderes soberanos “iguais”, pelo menos em termos formais. Sua perspectiva era uma derivação do ambiente vivido na Europa após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1638) e os acordos de Westfália (1648). Por seu turno, a China da Dinastia Qing reproduzia a visão das relações “tributárias”. Os presentes oferecidos por Macartney não seriam uma mera gentileza, mas o reconhecimento da suserania ao detentor do “mandato celestial”. Tratar-se-ia, assim, de uma afirmação da submissão britânica.

Esse choque de visões de mundo e de capacidades estatais se desdobrou na primeira guerra do Ópio (1839-1842). As demandas britânicas por “livre comércio” não foram atendidas por Qing. Manteve-se o “sistema de Cantão”, política que confinava o comércio internacional às franjas do império, um porto na cidade de Guangzhou. O ambiente de

Unido no século XVIII, fundamentado, em particular, por suas economias mais potentes.

O conflito na Ucrânia, contudo, sugere que essa equação está em mutação, dadas as fragilidades e os limites da ordem financeira baseada no dólar e o fracasso da tentativa de asfixiar a econômica russa, através de sua exclusão dos circuitos financeiros e comerciais globais. O rechaço a essa tentativa ocidental mostra a consolidação da ascensão das economias asiáticas no atual século e, também, o crescimento da importância econômica e políticas de vários países africanos. Com distintas ações e “não ações”, esses atores estatais buscam apoiar a construção de alternativas à ordem mundial liderada pelas potências ocidentais.

Ainda é muito cedo para prever quais serão os desdobramentos das mudanças em curso, salvo que há um amplo reconhecimento de que aquelas são potencialmente disruptivas. Procuram-se identificar,



Foto: Wikimedia CC 2.0

décadas de conflitos culminou com a proibição do comércio de ópio e a apreensão dos estoques desse produto que pertenciam aos comerciantes ocidentais. A China era estruturalmente superavitária com o Reino Unido, o qual importava “bens de luxo” (porcelana, seda, chá, etc.), pagos em prata. A Companhia das Índias Ocidentais encontrou um meio eficiente de reequilibrar o jogo, permitindo com que comerciantes privados explorassem a venda do ópio produzido na região de Bengala, no subcontinente indiano. Em alguns anos, aumentou o número de viciados e deu-se uma perda de prata na China.

Beijing não aceitou a proposta da Rainha Vitória de legalizar o comércio de ópio, mediante sua tributação ou, mesmo, compensar as supostas perdas econômicas dos britânicos. Optou por restringir ainda mais o acesso de navios estrangeiros ao rio da Pérola. A tensão escalou após o assassinato de um camponês local. O poder da maior potência naval e industrial do mundo sobrepujou facilmente ao reinado decadente dos Qing. O bloqueio naval chinês não resistiu e o império se curvou ao primeiro dos tratados “desiguais”, o de Nanquim (1842). Iniciava-se o “século de humilhações” que, nas palavras das sucessivas lideranças chinesas desde Mao Zedong, só seria interrompido a partir do momento em que a China recuperasse plenamente sua soberania territorial e se ombreasse ao Ocidente em termos de capacidades produtivas, tecnológicas e militares.

Em abril de 2023, pouco mais de cem anos após a criação do Partido Comunista Chinês e sete décadas após a sua ascensão imperial, o sonho chinês parece estar se realizando. As fronteiras chinesas estão seguras e não há potências estrangeiras exercendo sua soberania em solo chinês. O país se consolidou como a segunda maior economia do mundo em dólares correntes (e a maior em dólares constantes em paridade poder de compra), o maior produtor de manufaturas, o maior *trader* no comércio global; é uma potência nuclear, naval e especial; e disputa com os estadunidenses o domínio sobre mercados e tecnologias de fronteiras.

Em sua segunda visita a Beijing em nove meses, a czarina da economia dos Estados Unidos, Janet Yellen, não busca “abrir a China” ao mundo, como Macartney e os que vieram depois dele, mas “fechá-la”. Sua preocupação está na capacidade produtiva e tecnológica das empresas chinesas. Disse ela: “Estou particularmente preocupada com a forma como os persistentes desequilíbrios macroeconômicos da China – nomeadamente, o fraco consumo das famílias e o sobreinvestimento empresarial, agravados pelo apoio governamental em grande escala em setores industriais específicos – conduzirão a riscos significativos para os trabalhadores e as empresas nos Estados Unidos e no resto do mundo”.

Em outras palavras, a China não é apenas grande e eficiente na produção de manufaturas, mas ela também disputa a liderança tecnológica em setores de fronteira, como automóveis elétricos, baterias, telefonia 5G, painéis solares, etc. Nos marcos do livre mercado, não seria possível concorrer com elas. Yellen sugere que irá ampliar o

arsenal de medidas protecionistas. O mundo atual se revela radicalmente distinto daquele que a elite estadunidense vislumbrava após o fim da Guerra Fria. Ao invés de impor, sem contestação, as regras do jogo do “internacionalismo liberal”, em um espaço econômico multilateral aberto – e politicamente fechado –, as lideranças estadunidenses tentam conter as rápidas transformações na estrutura econômica e política global.

A era da globalização neoliberal entrou em crise, e o desconforto do *establishment* estadunidense é cada vez mais claro.

Admirável Mundo Velho

Em outubro de 2022, em plena Guerra na Ucrânia, a administração Joe Biden publicou o seu documento de “Estratégia de Segurança Nacional” (White House, 2022). Logo no início do texto, o presidente dos Estados Unidos declarou que a era pós-Guerra Fria estava “definitivamente acabada”. Quase um ano depois, o secretário de Estado daquele país, Anthony Blinken, repetiu essa afirmação. Tais líderes sinalizam que as décadas que se seguirão serão bastante diferentes da era da moderna globalização, particularmente entre os anos 1990 e 2010.

Foto: Governo dos EUA CCO / Raw Pixel



A perspectiva estadunidense está introjetada nas análises de instituições privadas e públicas no mundo ocidental (Vangard, 2023; BCG, 2024; Blackrock Investment Institute, 2024; EY/IIIF, 2024; JP Morgan, 2024; Morgan Stanley, 2024; The Conference Board, 2024; WEF, 2024). Há uma relativa convergência nos cenários de médio e longo prazos de que uma nova era está em gestação. Esta, por sua vez, seria caracterizada pelos desdobramentos de tendências já perceptíveis, especialmente: a crise climática e os padrões de transição para economia de baixo carbono; a reconfiguração do comércio e das cadeias de suprimento, em meio ao que se tem denominado de “fragmentação” global; a redistribuição do poder global e os riscos geopolíticos derivados; o avanço das tecnologias disruptivas, em especial a Inteligência Artificial (“AI” no original em inglês); e a nova demografia, com a ampliação da expectativa de vida e a maior concentração da população global, principalmente na idade produtiva, em países de renda baixa e média.

Conforme sugeriu Francis Fukuyama (1992), com o desmonte da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e, assim, o fracasso da experiência do socialismo real, o capitalismo liberal tornou-se o tipo de organização político-social predominante. Cristalizou-se, sob

a liderança estadunidense, a ideia de triunfo da democracia representativa e da economia de mercado. Em termos geopolíticos, a queda soviética evidenciou a vitória do modelo econômico, político e social dos EUA. A expectativa daquele país era de que esse modelo seria adotado globalmente, dando lustro à consolidação do multilateralismo aberto sob o guarda-chuva de um padrão de governança sobre os temas estratégicos, centrados em órgãos multilaterais sob importante influência estadunidense.

Globalização

Bill Clinton, o primeiro presidente dos EUA eleito neste novo ambiente, passou a promover a adoção do que denominou de “democracias abertas de mercado” em países em transição, anteriormente localizados na zona de influência soviética, ou em regiões ainda não suficientemente aderentes à nova ordem. A assim chamada Doutrina Clinton (Clinton, 1993; Brinkley, 1997; Bouchet, 2015) visava à disseminação das transformações estruturais marcadas pela liberalização comercial, pela desregulamentação de mercados, particularmente o laboral e o financeiro, e pelas privatizações. Essas já estavam em pleno curso nos países de alta renda e em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, desde o final dos anos 1970. O ambiente de liberalização econômica, as reformas estruturais “pró-mercado” e a liderança estadunidense caracterizaram a moderna globalização.

O termo globalização consagrou-se a partir de sua conotação econômica devido ao intenso crescimento das relações comerciais, produtivas e financeiras entre empresas e consumidores em nível internacional. Ademais, as novas tecnologias de telecomunicações e transportes reduziram distâncias e permitiram a redistribuição da produção de bens e serviços em cadeias de suprimento mais fragmentadas geograficamente. As economias emergentes da Ásia foram particularmente beneficiadas pela concentração de investimentos de empresas transnacionais das principais potências tecnológicas e econômicas do “mundo ocidental” e do Japão.

Em suas dimensões geopolítica e cultural, a globalização implicou no choque, nem sempre suave, entre distintos estilos de vida e padrões de organização social (Berger e Huntington, 2002; Brzezinski, 2012; Haass, 2020; Nye, 2023). O Ocidente e os países do que hoje se convencionou chamar de Sul Global, o que envolve um amplo e eclético leque de povos e nações cujas civilizações, algumas com milênios de história comum, não necessariamente compartilham das mesmas trajetórias de desenvolvimento institucional e econômico (Huntington, 1993, 1996; Kissinger, 2014). A hipótese implícita da Doutrina Clinton de que a adaptação ao modelo econômico e social ocidental se daria automaticamente e geraria uma nova era de paz e de prosperidade se revelou excessivamente otimista, como, atualmente, admitem alguns dos seus formuladores e entusiastas mais influentes (Fukuyama, 2023; Wolf, 2023).





Aqueles que disseram não

Conforme sugere o próprio documento que orienta a política de defesa da gestão Biden (White House, 2022), parte importante da humanidade não aceitou o modelo sugerido por Washington e, mais ainda, a noção de que uma ordem global multilateral deveria se assentar no poder estadunidense. Com o fim da era da globalização, ressurge, com novas dinâmicas, a competição entre as grandes potências e distintas visões de mundo.

Além dos seus aspectos específicos, o reaparecimento da rivalidade geopolítica coloca em xeque aquilo que se convencionou chamar de “governança global”. Para o Departamento de Estado dos EUA (White House, 2022), o ambiente de disputa entre os principais poderes cria obstáculos para o enfrentamento de problemas comuns, como a preservação da biodiversidade, o aquecimento global, a insegurança alimentar, a propagação de doenças, etc. A era da globalização facilitou a maior interpenetração dos fluxos comerciais, financeiros e informacionais e, também, criou espaço para a disseminação de conflitos derivados das migrações em massa, dos quais o terrorismo ganhou proeminência.

A “governança global” se torna um tema essencial, pois aqueles problemas e muitos outros não podem ser equacionados nos espaços físicos e jurisdicionais dos Estados-nação. Para além das ideologias e dos regimes político-econômicos que cada país adota, virtualmente todos os principais riscos e oportunidades identificados em estudos

estratégicos sobre a evolução da economia global nas próximas décadas têm natureza transnacional (Stratford, 2020; Vangard, 2023; BCG, 2024; Blackrock Investment Institute, 2024; EY/IIF, 2024; JP Morgan, 2024; Morgan Stanley, 2024; The Conference Board, 2024; WEF, 2024).

Se, por um lado, há que se mobilizar a ação coletiva dos atores estatais e privados, por outro lado, a estrutura política do sistema político interestatal, assentado em nações, implica na ausência de qualquer entidade que se coloque acima das soberanias individuais. Ou seja, não existe autoridade política “internacional” ou “global”. Isso significa que não existe um “governo global”. O que resta é a “governança global”, que consiste na busca de consenso e de cooperação através do diálogo entre diferentes Estados-nação. Em um contexto de rivalidade e confronto, a governança global torna-se potencialmente mais difícil, especialmente quando há uma distribuição assimétrica nos impactos das crises internacionais e das capacidades locais para seu enfrentamento.

A dificuldade contemporânea em equacionar os dilemas da governança global se dá em um quadro onde permanece como relevante a interdependência dos vínculos comerciais, financeiros e tecnológicos na esfera internacional (Colibasanu, 2024; Dempsey, 2024). Vale dizer, não houve um desmonte absoluto das cadeias globais de valor, tampouco o comércio internacional deixou de ser relevante para o acesso a insumos estratégicos e mercados consumidores. Conse-

quentemente, o fim da “era da globalização” não significa o fim da globalização *per se*.

A interconectividade e a interdependência persistirão, não mais sob a disseminação da crença na harmonia, na paz e na abertura irrestrita dos espaços econômicos, sociais e políticos nacionais, mas em uma realidade marcada por disputas exacerbadas, as quais poderão alterar, reverter ou intensificar alguns desses vínculos. A busca da eficiência econômica e da hegemonia estadunidense, implícitas na Doutrina Clinton, não tenderá a conduzir as decisões estratégicas das empresas e dos governos (Heath *et al.*, 2023).

Outro Mundo é Possível

Os grandes bancos de investimento e os gestores privados da riqueza sabem que o mundo está em rápida transformação, com a emergência de novos polos de poder econômico e político. Esse processo ganhou intensidade após a crise financeira global (2007-2009), a qual atingiu fortemente as grandes economias ocidentais, especialmente os EUA. Para se colocar em perspectiva, em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) da China (US\$ 8,9 trilhões), medido em paridade poder de compra a preços constantes de 2017, equivalia à metade do PIB estadunidense (US\$ 16,8 trilhões). Em 2022, a economia chinesa multiplicou-se por quase três vezes, sempre nesta métrica, ao passo que os EUA avançaram +28%. Por decorrência, a China (US\$ 25,7 trilhões) já é 20% maior do que o *hegemon* global (US\$ 21,5 bilhões). Em valores correntes, o PIB dos EUA (US\$ 25,4 trilhões) ainda era maior que o da China (US\$ 18 trilhões), também 2022.⁴

Em 2001, o departamento de pesquisa do banco de investimentos Goldman Sachs, sob a coordenação do economista Jim O'Neill, introduziu ao mundo das finanças o acrônimo BRIC, representativo de quatro países que, de acordo com suas projeções para o ano de 2050, viriam a fazer parte das seis maiores economias do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Desde então, tais estimativas têm sido revisadas e ampliadas, com o mais recente estudo sendo publicado em 2022 (Goldman Sachs, 2022). Nessa oportunidade, o horizonte temporal de análise foi ampliado para 2075, com estimativas sobre população, Produto Interno Bruto - PIB (a preços constantes) e PIB *per capita* para 104 países.

Vislumbra-se uma economia global com menor dinamismo, em que a taxa de expansão do PIB passaria de uma média próxima a 2,5% a.a. até 2040, para 1,7% a.a. na década de 2070. A população mundial, que atualmente cresce em 1% a.a., cifra que é metade dos níveis observados há 50 anos, tenderá a atingir variação líquida nula até o término do terceiro quartel do século. Em 2050, as cinco maiores economias do planeta seriam: China, EUA, Índia, Indonésia e Alemanha. Já em 2075, este grupo teria a seguinte conformação: Índia, China, EUA, Indonésia e Nigéria; seguidos de Paquistão, Egito, Brasil, Alemanha e Reino Unido. Assim, o balanço do poder econômico global estaria claramente alterado, com as economias avançadas

mantendo níveis de renda por habitante três ou quatro vezes acima da média das principais nações emergentes, porém com um peso maior deste segundo grupo no total da população e da renda globais. Os principais desafios globais estariam associados às mudanças climáticas, às desigualdades distributivas locais e ao protecionismo/populismo nacionalista.

Foto: Nataliya Vaitkevich / Pexels



Da mesma forma que o Goldman Sachs (2023), o Conference Board (2024) estima em +2,5% a.a. o crescimento global até meados do final da década de 2030, nível abaixo da tendência pré-pandemia (3,3% a.a.) e pré-crise financeira global (4% a.a.). O maior dinamismo e contribuição para o crescimento global advirão de países emergentes, especialmente na Ásia. Em seu conjunto, países emergentes e em desenvolvimento atingiriam 61% do PIB global em 2036. O Brasil, tanto nas estimativas da Goldman Sachs, quanto do Conference Board, seguiria com um pior dinamismo, com uma variação anual média do PIB 1 p.p. abaixo do PIB global.

A Pacific Investment Management Company (PIMCO) sugere que, nos próximos cinco a dez anos, viveremos um ambiente de desestabilização da ordem econômica e financeira global, com reorganização geopolítica e maior ativismo estatal - PIMCO (2023). A PIMCO espera que a relação entre os Estados Unidos e a China continue a dominar a dinâmica geopolítica no que poderia ser caracterizada como uma "Segunda Guerra Fria". Não se imagina uma reversão integral do ambiente de globalização, mas sua transformação, na medida em que atores-chave busquem reduzir riscos de exposições às cadeias de suprimento muito longas ou sensíveis aos fatores de choque.

A influente consultoria McKinsey and Company, através do seu Global Institute, também considera que a globalização é uma realidade que não será totalmente revertida, ainda que possa ter novas características (MGI, 2022). Nenhuma economia ou região é totalmente autossuficiente e, mesmo que a relação entre o comércio de

mercadorias e a renda global tenha "estagnado" nos últimos 15 anos, o fluxo de pessoas, informações e ideias segue em expansão. Neste contexto, governos e empresas, particularmente as que operam internacionalmente, deverão redesenhar suas estratégias para se adaptar ao novo ambiente de maior instabilidade econômica e geopolítica.

O Fórum Econômico Mundial (WEF, 2024) identifica quatro forças que definirão os rumos da economia e da política nos próximos dez anos: aquecimento global, demografia (longevidade, tamanho, crescimento e distribuição da população mundial), tecnologias de fronteira e o rebalanceamento do poder global (geopolítica). Morgan Stanley (2024), Boston Consulting Group (BCG, 2024), Blackrock Investment Institute (2024), Ernest Young (EY/IIF, 2024), JP Morgan (2024), para citar alguns, trabalham com análises convergentes.

À guisa de conclusão: o futuro mudou

Esses exercícios de construção de cenários de longo prazo, de governos e atores privados, não representam um mapeamento determinístico do que virá nas próximas décadas. Ninguém sabe exatamente o que irá acontecer, salvo que o futuro que se projeta agora é radicalmente distinto daquele vislumbrado nos anos 1990. A ordem de Yalta já não se sustenta, e as lideranças do mundo anglo-saxão não conseguem reimpor seus termos. Neste sentido, o futuro mudou, pois já não é possível se assumir, *a priori*, que o século XXI será "americano".

Foto: ONU / Jean-Marc Ferré



Notas

1. Doutor em Economia pela UNICAMP, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.
2. Doutor em Economia pela PUCRS, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.
3. Doutor em Economia pela PUCRS, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.
4. A China é o maior produtor global de energia (8,8 mil terawatts-hora), o dobro da capacidade dos EUA (4,2 mil terawatts-hora) em 2022. Em 2007, a China (3,3 mil terawatts-hora) produzia menos que os EUA (4,1 mil terawatts-hora). O Império do Meio é o maior exportador global desde 2009 e lidera a produção e as vendas de vários produtos, como veículos, baterias, painéis solares, produtos de metal, plásticos, ferro e aço, eletrônicos, para citar alguns.

Referências

- BCG – Boston Consulting Group, 2024. Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2024/jobs-national-security-and-future-of-trade>, acesso em 02/02/2024.
- Berger, P. L.; Huntington, S. P. **Many Globalizations: Cultural Diversity in the Contemporary World**. Oxford University Press, 2002.
- Blackrock Investment Institute. Geopolitical fragmentation and economic competition, 2024. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/insights/blackrock-investment-institute/publications/mega-forces/geopolitical-fragmentation>, acesso em
- Bouchet, Nicolas. **Democracy promotion as US foreign policy: Bill Clinton and democratic enlargement**. Routledge, 2015.
- Brinkley, Douglas. **Democratic Enlargement: The Clinton Doctrine**. Foreign Policy, No. 106, Spring, pp. 110-127, 1997.
- Brzezinski, Z. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.
- Clinton, B. Remarks to the 48th Session of the United Nations General Assembly, September 27th. New York, United Nations, 1993. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/p/io/potusunga/207375.htm>, 08/02/2024.
- Colibasanu, A. Defining Global Economic Issues in 2024. Geopolitical Futures, 2024. Disponível em: <https://geopoliticalfutures.com/defining-global-economic-issues-in-2024/>, acesso em 15/02/2024.
- Dempsey, J. Europe's Dangerous Comfort Zone. December. Brussels, Carnegie Europe, 2023. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/91309>, acesso em 05/02/2024.
- Dieppe, A. (editor). **Global Productivity: Trends, Drivers, and Policies**. Washington, DC, The World Bank, 2021.
- European Commission. The European Green Deal - Striving to be the first climate-neutral continent. Geneva, European Commission, 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en, acesso em 15/02/2024.
- EY/IIIF. Ernest Young and Institute for International Finance. Global Risk Management Survey, 2024. Disponível em: https://www.ey.com/en_gl/banking-capital-markets/ey-iiif-global-bank-risk-management-survey, acesso em 15/02/2024.
- Fukuyama, F. **Liberalism and Its Discontents**. Farrar, Straus and Giroux, 2022.
- Fukuyama, F. **The End of History and the Last Man**. Free Press, 1992.
- Goldberg, P., Reed, T. Is the Global Economy Deglobalizing? And if so, why? And what is next? BPEA Conference Drafts, March 30-31, Washington, DC, Brookings Institution, 2023. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2023/03/BPEA_Spring2023_Goldberg-Reed_unembargoed.pdf, acesso em 15/01/2024.
- Goldman Sachs. The Path to 2075 — Slower Global Growth, But Convergence Remains Intact. New York, Goldman Sachs, 2022. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/the-path-to-2075-slower-global-growth-but-convergence-remains-intact.html>, acesso em 05/12/2023.
- Haass, R. **The World: A Brief Introduction**. Penguin Press, 2020.
- Heath, T. R., Kong, W., Dale-Huang, A. U.S.-China Rivalry in a Neomedieval World: Security in an Age of Weakening States. Rand Report, June. Washington, DC: RAND Corporation, 2023. https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA1887-1.html, acesso em 05/02/2024.
- Huntington, S. **Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Simon & Schuster, 1996.
- Huntington, S. **The Clash of Civilizations?** Foreign Affairs. 72 (3): 22–49, 1993.
- IEA. International Energy Outlook, 2022. Paris: International Energy Agency, 2022.
- JP Morgan. 2024 Long-Term Capital Market Assumptions. New York, JP Morgan, 2024. Disponível em: <https://am.jpmorgan.com/us/en/asset-management/adv/insights/portfolio-insights/ltcma/>, acesso em 05/02/2024.
- Kissinger, H. **World Order**. Penguin Press, 2014.
- McKinsey & Company. What is net zero? November 28, 2022, Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/mckinsey-explainers/what-is-net-zero>, acesso em 15/03/2024.
- MGI. Global flows: The ties that bind in an interconnected world. New York, MGI – McKinsey Global Institute, 2022. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/capabilities/strategy-and-corporate-finance/our-insights/global-flows-the-ties-that-bind-in-an-interconnected-world>, acesso em 15/11/2023.
- MGI. What could a new era mean for Latin America? MGI – McKinsey Global Institute, 2023. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/mgi/our-research/what-could-a-new-era-mean-for-latin-america>, acesso em 05/01/2024
- Morgan Stanley. Three Investing Trends for 2024 and Beyond. Disponível em: <https://www.morganstanley.com/ideas/global-investing-themes-2024>, acesso em 20/02/2024.
- NIC - National Intelligence Council. **Global Trends 2040 – A More Contested World**. Washington, DC: National Intelligence Council, 2021.
- NIC - National Intelligence Council. **Global Trends: Paradox of Progress**. Washington, DC: National Intelligence Council, 2017.
- Nye, J. S. **Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power Between the United States and China**. Springer, 2023.
- OECD. **Economic Policy Making to Pursue Economic Welfare, OECD Report for the G7 Finance Ministers and Central Bank Governors**. Paris, OECD, 2023a.
- OECD. **Government at Glance 2023**. Paris, OECD, 2023b.
- PIMCO. The Aftershock Economy – Secular Outlook. Newport Beach, CA, PIMCO, 2023. Disponível em: <https://www.pimco.com/en-us/insights/economic-and-market-commentary/secular-outlook/the-aftershock-economy/>, acesso em 15/11/2023.
- PwC. PwC's 27th Annual Global CEO Survey: Thriving in an age of continuous reinvention. London, PwC, 2024. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/ceo-survey/2024/download/27th-ceo-survey.pdf>, acesso em 02/02/2024.
- Solow, R. **Policies for Economic Growth**. *De Economist*, v.140, pages 1–15, March, 1992.
- State Council - People's Republic of China. A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions, September 23. Beijing, State Council of the People's Republic of China, 2023. Disponível em: http://gd.china-embassy.gov.cn/eng/zxhd_1/202309/t20230927_11151010.htm, acesso em 10/02/2024.
- Stratford. Decade Forecast: 2020-2030. London, Stratford, 2020. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/stratfor-decade-forecast-2020-2030-risk-opportunity>, acesso em 05/01/2024.
- The Conference Board (TCB). Global Economic Outlook 2024 to 2036: Seeking Opportunity Amid Weakening Growth, Risks, and Gray Swans. New York, TCB, 2024. Disponível em: <https://www.conference-board.org/pdfdownload.cfm?masterProductID=49220>, acesso em 02/02/2024.
- UNITED NATIONS. **Financing for Sustainable Development Report 2023**. New York, United Nations, 2023.
- Vanguard. Vanguard economic and market outlook for 2024: A return to sound money, December. Boulevard Malvern, PA, Vanguard, 2023. Disponível em: https://corporate.vanguard.com/content/dam/corp/research/pdf/isg_vemo_2024.pdf, acesso em 02/02/2024
- WEF. The World Economic Forum – The Global Risks Report 2024. Geneva, WEF, 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>, acesso em 20/02/2024.
- White House - U. S. Government. **National Security Strategy, October. Washington, DC: U.S. Government, Biden Administration, 2024.**
- Wolf, Martin. **The Crisis of Democratic Capitalism**. Penguin Press, 2023.

Rômulo Escouto

Advogado Trabalhista, Assessor de Sindicatos de Empregados e Professor Universitário.

Inclusão escolar: quase consenso pedagógico e dissenso trabalhista

Há consenso sobre a necessidade da inclusão. A operacionalização do consenso, porém, implica em práticas educacionais distintas, que dividem os especialistas.

A inclusão escolar, entendida como ação social, cultural, pedagógica e política para assegurar o direito à educação a todos os estudantes, sem qualquer discriminação, é tema que comporta consensos e dissensos. O assunto se planta nas mais elevadas esferas científicas. A educação é tema complexo por si só, independentemente de qualquer peculiaridade que a ela se associe no campo prático. O modo como aprendemos é cercado de mistérios, que vêm sendo desvendados pela Pedagogia ao longo do tempo. Essa superciência, no entanto, não os desvenda todos. Permanecem sombras na imagem, as quais vão sendo identificadas e tratadas, como faz o artista na tela no processo de construção de sua obra.

A princípio, pode-se dizer que os consensos se estabelecem no campo teórico, ou seja, não há dúvidas quanto à necessidade das ações que objetivam a inclusão escolar. Mas essa é só uma parte da teoria. A operacionalização da inclusão também se

define no campo teórico. E aí já surgem as divergências quanto ao como fazer.

Em uma síntese apertada e simplificadora, eis que as discussões são mais profundas e o assunto é bem mais complexo, que a grande divisão teórica sobre o tema contempla dois entendimentos; um no sentido de que a inclusão deve-se dar em classes comuns, sem qualquer serviço especializado; e outro de que ela deve ocorrer preferencialmente em classes comuns, sem, contudo, abrir mão do apoio especializado.

Há, portanto, um consenso. E esse é a necessidade da inclusão. A operacionalização do consenso, porém, implica em práticas educacionais distintas, que dividem os especialistas. Essas constatações são bastante genéricas e consistem apenas nas primeiras percepções possíveis a quem começa a se interessar pela matéria. Nem por isso são pouco relevantes.

Da teoria à prática

A complexidade do tema e a urgência da sua abordagem remetem para outros campos, onde a questão repercuta com força, eis que são aqueles em que as definições elaboradas em teoria, após meticulosa análise científica, devem se tornar eficazes. E as relações de trabalho são o campo onde a questão da inclusão escolar repercuta fortemente.

A profissão do professor, certamente, é uma das mais descritas, analisadas e romanceadas no decorrer do tempo. Para se referir a ela, não é incomum que se fale até mesmo em sacerdócio, palavra que evoca devoção e sacrifício. Uma importante



Foto: Igor Speratto / Simporais

parte da sociedade apenas recentemente passou a reconhecer os professores como trabalhadores. Ou seja, como pessoas que, com seus conhecimentos, competências e habilidades, no mundo do trabalho produzem a materialidade da sua existência. Outra parte ainda não compreendeu isso. A célebre pergunta “Tu trabalhas ou só dá aulas?” não é uma piada. Ela é feita cotidianamente.

E na questão da Inclusão Escolar, seja qual for o entendimento acerca da sua implementação, o professor é a peça fundamental. Toda a complexidade teórica, ou melhor dizendo, as conclusões decorrentes da elaboração teórica só serão eficazes se implementadas pela(o) professor(a). A sala de aula é um espaço definidor da sociedade. O próprio tema da inclusão é tão relevante porque trata de trazer e querer trazer a todos para um espaço privilegiado de construção da cidadania.

E a inclusão vai se dar pelo trabalho. A discussão acerca da centralidade do trabalho na sociedade atual certamente pode ser discutida, mas não o fato de que é pelo trabalho do professor e no espaço da sala de aula que a sociedade vai definindo a sua conformação. Logo, esse trabalho assume enorme relevância nesse contexto. O contexto da inclusão, o contexto da não discriminação. Da construção de uma sociedade plural e tolerante.

A própria questão trabalhista, que um dia já foi chamada de questão social, faz parte do tema da inclusão. Não se pode deixar de constatar que as reivindicações trabalhistas ocorridas ao longo da história fazem parte da luta pela inclusão, pelo reconhecimento de que deve existir espaço para todos na sociedade, que todos devem ter acesso ao que foi construído pelo conjunto da humanidade, que o conforto e os benefícios dos quais se dispõem hoje não podem ser privilégio de poucos.

A questão da inclusão surge a partir da identificação da diferença. Pode parecer estranho, mas em um determinado momento viver da própria força de trabalho foi identificado como diferente. Dessa forma, o alijamento daqueles que assim viviam, da fruição dos bens da vida de maneira plena, pareceu correto à classe dominante. Porque não é difícil fazer parecer certo repudiar o diferente apenas por ser diferente, quando a educação não é libertadora e plural.

Posto o tema dessa forma, e valendo-nos do que de melhor conseguimos construir até hoje como sociedade, parece correto compreender que o consenso teórico acerca da inclusão, no que diz respeito à sua efetivação, e que se instala nas hostes acadêmicas/científicas, não merece ser contestado. Não é possível entender, no momento atual, que pessoas devam ser alijadas do convívio social e dos instrumentos de socialização e construção do conhecimento pelo fato de serem especiais, pelo fato de serem diferentes.

E na questão da Inclusão Escolar, seja qual for o entendimento acerca da sua implementação, o professor é a peça fundamental.

Provavelmente sempre existirão diferenças de entendimento acerca do modo de proceder à inclusão. A inclusão é um valor positivo. Um bem. E há, sempre, múltiplas e diferentes maneiras de fazer o bem. O bem sempre gera discussões, entendimentos, formas e maneiras distintas de o construir. O mal parece que não. Parece que normalmente leva a discursos simplificadores. E talvez por isso, muitas vezes, aos olhares menos críticos, ações que introduzem o mal na sociedade pareçam corretas.

Assim, identificada a questão da diferença e reconhecida a necessidade da promoção da inclusão, ainda que haja divergências quanto à sua operacionalização, o consenso seguinte consiste no entendimento de que esta somente se instrumentalizará pelo trabalho do professor. Então, a questão da inclusão, que é complexa e cuja matriz teórica reside na academia, encontra a sua vivência efetiva no mundo do trabalho.

Assim, estabelecido um consenso conceitual no campo teórico acerca da necessidade da inclusão, identifica-se um dissenso no que se refere ao modo de implementá-la. Independentemente da corrente que se siga, chega-se ao consenso seguinte: o professor será o agente da inclusão. A partir daí, um novo dissenso. Não mais pedagógico, mas trabalhista.

Saberes, dúvidas e habilidades

No estágio de desenvolvimento que a sociedade se encontra hoje, talvez não devesse haver dúvidas sobre o fato de que existem saberes diversos, inteligências diversas e habilidades diversas. E que atividades diversas requerem saberes diversos. Não deveria haver dúvidas, também, acerca do fato de que, muitas vezes, quem desenvolve uma teoria pode não possuir as habilidades necessárias para implementar as ações que a efetivarão. Isso não diminui em nada o valor da pesquisa e das suas conclusões. Também não sobrevaloriza as habilidades ditas práticas. Mas há diferenças de entendimento sobre essas questões, e esse é um dos fatores que leva ao novo dissenso.

Incluir, independentemente de todas as conotações que pode conter, significa inserir, abarcar, tornar parte, fazer com que algo, ou alguém, se integre a um todo existente. No que diz respeito à inclusão escolar, esse todo começa na sala de aula sob a regência do professor. E para que a inclusão se efetive, é preciso que o regente conheça os conceitos e domine as habilidades necessárias para fazer com que isso aconteça.

Essa atividade é nobre e complexa. Essa atividade se chama trabalho. Essa atividade é o trabalho do professor. Aconteça a inclusão em um sistema de classes comuns, com ou sem apoio especializado, isso implicará diretamente na atuação do professor, seja no que se refere ao processo de construção do conhecimento, seja no que diz respeito aos métodos de avaliação.

Há muito vencida a época em que se imaginava o conhecimento como um conjunto de regras que alguém dominava e tinha a missão de transmitir a outros. Entende-se que o conhecimento é construído através da interação que se estabelece no processo de ensino/aprendizagem. Essa interação é que torna efetivo o processo. Essa interação é técnica. E também é técnico o modo de aferição do conhecimento.

Todo o conjunto do processo é o ofício do professor. A atividade se caracteriza por construir o conhecimento junto com os seus alunos e encontrar uma maneira adequada, não só de verificar, mas também de fazer com que eles próprios sejam capazes de perceber o quanto construíram. Efetivar esse processo exige

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



habilidades específicas, não raro demanda especializações, e quando no seu curso existe a necessidade objetiva de promover a inclusão, exige o desempenho de funções diversas dentro de um mesmo contexto. Tal desempenho implica na utilização de métodos distintos na construção e na aplicação de instrumentos também distintos na avaliação. Alguns são apaixonados por essa atividade. Talvez sejam maioria.

Onde estaria então, e entre quais sujeitos se estabeleceria o dissenso trabalhista?

A pergunta é, em parte, meramente retórica. Por óbvio, esse dissenso se estabelece entre empregados e empregadores. Lembremos que o professor é um trabalhador. Mas qual é a essência do dissenso?

A questão central do mundo do trabalho, e do que veio a ser o Direito do Trabalho, historicamente se estabeleceu assim: “Quanto ganho e quanto tempo levo para ganhar pelo que produzo com o meu trabalho?”.

Inclusão com justa remuneração

A efetivação da inclusão, como parte do trabalho do professor, implica em ambas as questões. Em uma classe comum, com ou sem apoio especializado, o professor que tiver a seu encargo a construção do conhecimento e a promoção da inclusão terá que dominar e desenvolver mais habilidades do que o professor de uma classe onde não estiver presente a questão da inclusão. Não se trata de discutir a inclusão. Esse é o primeiro consenso. Não se trata, aqui, também de discutir o modo. Trata-se da questão trabalhista.

Em sua maioria, entendem os professores do ensino privado e suas lideranças que aqueles que tiverem essa atividade – sendo agentes da inclusão – deverão ter um acréscimo em sua remuneração. E esse entendimento decorre tão somente do fato de que, nessas condições, o atingimento dos objetivos escolares/acadêmicos implicará em necessidade de maior preparação e acréscimo de trabalho. Maior preparação significa estudar mais, conhecer mais, buscar mais informações, dominar técnicas específicas que permitam dar conta da formação integral do conjunto dos estudantes que não apresenta nenhuma particularidade, ao mesmo tempo e no mesmo contexto em que se estiver promo-

Destaque-se que atuar nesse campo é uma atividade desejada. Muitos querem estar nesse lugar de promover a inclusão.

vendo a inclusão. E a obtenção e aplicação dessa maior preparação implicam necessariamente em acréscimo de trabalho.

É importante salientar que atuar nesse campo é uma atividade desejada. Muitos querem estar nesse lugar e promover a inclusão. Querem buscar e buscam a qualificação para isso. Desejam, também, que esse empenho seja reconhecido com a valorização financeira do seu trabalho, valorização que, de resto, é entendida como devida a todos aqueles que detêm algum saber diferenciado. É disso que se trata, de valorizar a expertise.

A inclusão escolar é uma ação necessária do ponto de vista social, cultural, pedagógico e político. É legalmente assegurada através do ordenamento jurídico brasileiro. Apresenta-se em um contexto que é novo para todos. A sua implementação depende, fundamentalmente, da atuação do professor. Para implementá-la, são necessários saberes e habilidades e que vão além das historicamente dominadas no campo da educação.

A justa remuneração dos professores que buscam essa expertise e a exercitam no seu cotidiano vem sendo buscada através da tentativa de regulamentação das relações de trabalho nesse aspecto em especial. Até o momento, a maior parte das instituições de ensino não tem sido sensíveis a esse pleito, mas não é difícil imaginar que a busca da excelência por parte dessas instituições as fará perceber a necessidade de que os trabalhadores detentores desses saberes sejam valorizados de forma diferenciada, pois diferenciado e complexo além da média é o seu fazer.



ensaio

Tarso Genro¹

Advogado, autor de livros de Direito e Teoria Política publicados no Brasil e no exterior. Foi Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado e Ministro de Educação e da Justiça.

Eleições municipais de 2024 e a quebra dos paradigmas

Essas novas conexões atam e desatam destinos de todos em todas as esferas da vida social, mas o que restou da social-democracia na sua vertente revolucionária não se atualizou.

Palavras-chave: Eleições, Democracia, Ameaças à democracia.

Resumo

Estamos suspensos entre dois universos: o do fascismo redivivo na ofensiva e o da democracia "cansada". Democracia que está atrelada à defesa do liberalismo político, sem que a esquerda tenha se tornado capaz de renovar sua visão de mundo. Temos, neste ano, eleições municipais em um cenário em que a democracia é confrontada com uma profunda crise civilizatória, muito mais do que com efeitos de uma crise capitalista, embalada pelas novíssimas revoluções tecnológicas, o que torna necessário combinar princípios da social-democracia com as lutas do dia a dia.

As conexões instantâneas do mundo "globalizado" - expressão genérica que designa a integração dos humanos, suas culturas e concepções de vida, seus laços produtivos e de consumo, com os novos nexos tecnológicos de comunicação e informação, não formam um só mundo. Essas novas conexões atam e desatam os destinos de todos em todas as esferas da vida social, mas o que restou da social-democracia do século passado e da sua vertente revolucionária - nas suas diversas percepções políticas e sociais na luta de classes - não se atualizou.

Dentro deste todo estilhaçado, está presente a força de quem conquista os corações de grupos humanos que, embora diferentes entre si, são cada vez mais iguais no seu destino. A fragmentação em curso deste todo é também uma herança do racionalismo moderno e conforma um novo total em desordem, pois este novo todo é um conjunto de ilhas que se enlaçam em pontos ininteligíveis para o senso comum. Os seus fragmentos são as partes que formam a nova subjetividade comum dispersa, a qual se unifica no mercado.

preços do petróleo. As eleições de 1974, obviamente, em nada colaboraram ao aumentar os preços do “ouro negro”, mas elas se fixaram como um marco de inflexão no processo do país, que foi atingido por um míssil da política mundial.

A diferença dos já longínquos anos 1970, que nos separam dos anos 2020, é que na primeira vitória de Lula (para o mandato 2002/2006) duas “demarcações” facilitavam o crescimento da esquerda dentro do jogo liberal-democrático. Era o que se chamava no discurso da esquerda, de um lado, como demarcação do “campo de classe” (pela força residual dos movimentos operários de São Paulo) e, de outro, como luta pela hegemonia, contra os egressos da ditadura militar. A demarcação era à época predominante, pois funcionava como uma estratégia que dava suporte adequado para a disputa hegemônica.

Ser esquerda

O primeiro governo Lula, sem maioria parlamentar e sem espaço para adaptar o seu programa de governo para um novo tipo de governabilidade, conciliava moderadamente, mas também demarcava com as reformas do Consenso de Washington. Ali, inicia-se uma fase em que “ser de esquerda” – quando no governo – era combater a fome e manter a democracia liberal funcionando, sob um novo pacto político: as políticas “demarcatórias” predominantes no campo da esquerda se deslocavam então – pela via pragmática – para um outro campo de guerra, o da pura disputa pela hegemonia com governabilidade.

A guerra do petróleo colocou um ponto final na fase idílica do “milagre econômico”, pois estimulava uma “insurreição pelo voto”, que,

Nas sombras do mercado, estão as metástases expandidas do capital financeiro no novo contexto global que ainda não encontrou o seu ponto de repouso. A cada dia, surgem novos modos de enlace e novos tipos de choques, que já alteram o cotidiano de todos: é neste jogo que as novas esfinges devoram os rituais democráticos e aniquilam o liberalismo político das elites.

Em 17 de dezembro de 1974, o jornal *O Estado de São Paulo* estampava na sua primeira página uma manchete sobre a situação da ditadura militar brasileira. Era a notícia do fracasso do partido governista (Arena) que naquele ano – com a derrota dos países árabes na guerra do Yom Kippur – via desandar o seu prestígio junto à ditadura e abrir espaços para a oposição legalista (MDB).

No novo contexto global aberto com a Guerra, os integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decidiram – segundo *o Estadão* – “fazer valer (sua) a posição dos maiores produtores de petróleo do mundo” e promover uma violenta alta nos

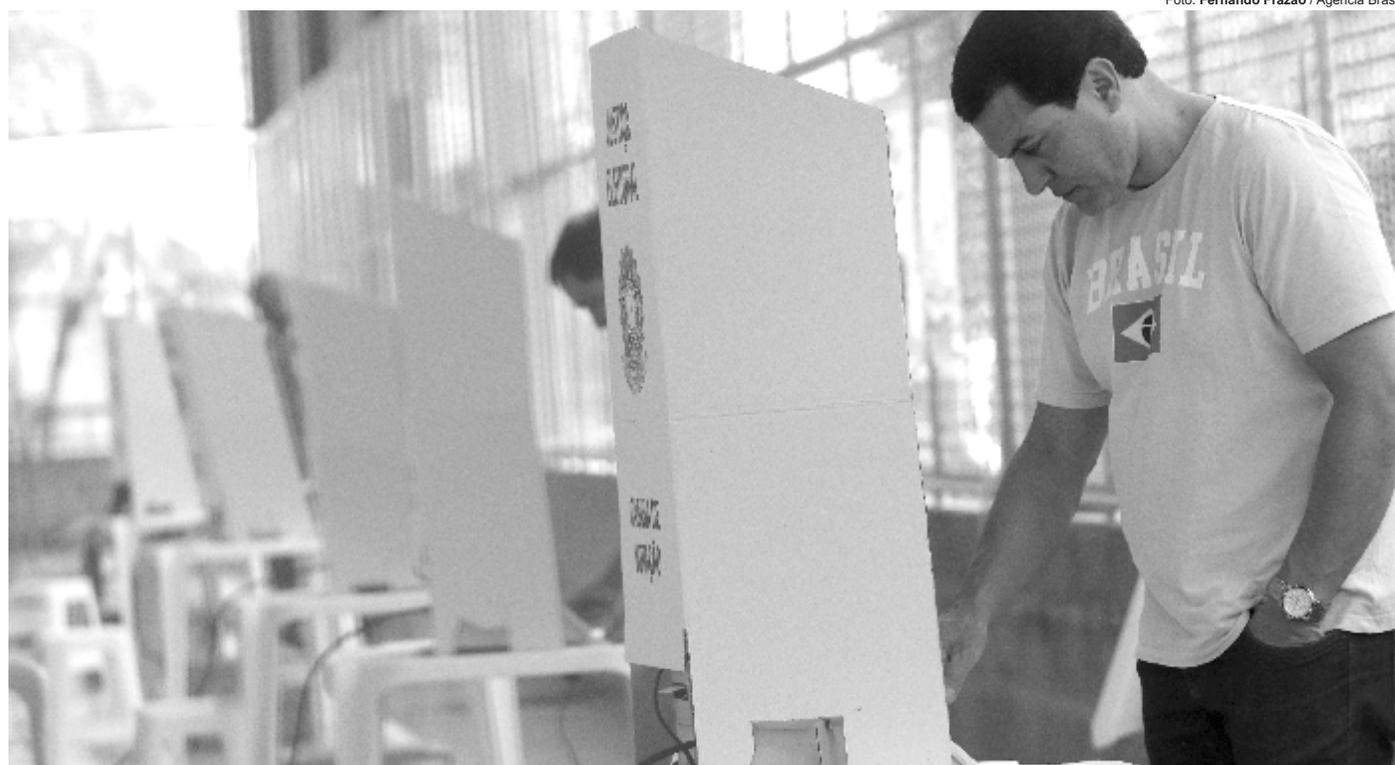


Foto: **Fernando Frazão** / Agência Brasil

somada aos dissensos internos do governo militar (combinados com a péssima imagem da ditadura no exterior), entrava nas urnas como um oceano de insatisfação.

Os setores das classes médias urbanas e os setores do empresariado, insatisfeitos com o suposto “estatismo” do governo Ernesto Geisel, entraram, a partir daí – nas eleições nacionais e municipais – sempre com um baixo nível de interesse. Essas eleições se resolviam, na maioria dos municípios, pelos acordos tácitos ou formais de setores do MDB com a Arena, isolando os “subversivos” de esquerda de todas as origens. Venceu, ali, a transição-conservação que integrava paulatinamente o país nas novas condições contratuais para chegarmos à nova Constituição Democrática de 1988.

Dentro da oposição da esquerda, naquele momento, existiam níveis diferentes de insatisfação com a “cordialidade” da oposição consentida, oferecida às autoridades militares. A insatisfação surgia porque o partido da oposição (MDB) ainda não formara uma identidade nacional democrática, que seria obtida na “Campanha das Diretas” (1984), quando aumentou a sua capacidade de pressionar o regime.

Como foi demonstrado mais tarde, pela pactuação permanente entre Arena e MDB, a força conservadora de direita dentro do MDB e a força política autoritária e burocrática dentro da Arena (partido de Estado na ditadura), nas várias eleições que seguem na transição, conciliaram e cederam espaços aos egressos da ditadura, o que abriu espaços para emergir o radicalismo democrático do petismo, abrindo um novo ciclo para esquerda brasileira dentro da democracia.

A pergunta mais apropriada para responder sobre quais serão os reflexos das eleições municipais no próximo período é a seguinte: em que (e como) as próximas eleições (municipais) irão influenciar no bloqueio da extrema direita e como, se bloqueada, quais as condições que serão criadas para que isso seja uma afirmação da democracia e da República?

A época combina as novas tecnologias infodigitais com a repressão seletiva, a difusão de comportamentos criminosos em série com “um modelo protetivo baseado no rentismo improdutivo, de dreno das riquezas sociais”, e não mais de “acumulação de capital produtivo” (...), na qual “se rompe um mínimo de proporcionalidade entre o quanto as pessoas contribuem produtivamente e o quanto enriquecem, o sistema se desloca: não é mais acumulação de capital, é rentismo improdutivo”. Nestes novos tempos, não haverá um bloqueio sistêmico, também, da “utopia” liberal democrática?

Dois contextos lapidares: no Brasil de Lula e no Chile de Boric

No Brasil do fim dos anos 1980 e 1990, as eleições nas grandes cidades e regiões metropolitanas tiveram certa importância para formação de uma nova ideia democrática – pela esquerda – no contexto nacional. Isso era possível, a partir do aumento da qualidade dos serviços e da proteção social públicas e igualmente face o apelo público e a participação democrática, que permitia unificar a “demarcação



política” contra o elitismo da direita e a “moderação” democrático-liberal, na disputa pela hegemonia.

Particularmente, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, entre outras cidades que poderiam ser mencionadas como exemplos, interferiram positivamente na concepção dos governos Lula, que conseguiram equilibrar – a partir da gestão pública – a melhoria da rotina opressiva das massas espoliadas nas grandes regiões metropolitanas, com o apelo à participação ativa da cidadania mais pobre, nos negócios públicos.

Essa “utopia possível”, bem mais além dos erros cometidos pelas esquerdas, é que foi o alvo, mais tarde, da distopia bolsonarista ascendente, quadro dentro do qual ainda se realizam as eleições municipais deste ano. Hoje, a memória “da demarcação” combinada com a “luta pela hegemonia”, através do orçamento participativo, não basta para vencer as eleições municipais. São outras questões nacionais e globais, que influenciarão os processos eleitorais e cuja solução, pelo menos na aparência imediata, está fora do alcance dos entes municipais.

Por mais competentes que sejam as propostas de gestão e mais politizados que se apresentem os candidatos de esquerda – a não ser que mudem rapidamente a essência dos seus programas e as formas discursivas da sua apresentação –, eles não se tornarão majoritários em votos, nem os seus partidos produzirão líderes com capacidade hegemônica, nos grandes centros urbanos e nas regiões metropolitanas, onde ocorrem as eleições que interessam.

As eleições de 1974 e as causas econômicas e sociais que geraram os seus resultados começaram a mudar, lentamente, o panorama



Foto: **Marcelo Camargo** / Agência Brasil

político do país e proporcionaram uma profunda alteração no equilíbrio de forças dentro da própria oposição consentida. Os militares também passaram a avaliar a possibilidade de uma “distensão lenta” e gradual, que levaria à Lei 6.683, sancionada pelo presidente Figueiredo, a qual diluiu as responsabilidades da ditadura e escondeu as suas violências.

Novos significados

Hoje, todavia, tudo isso já foi assimilado, e as consequências dessa absorção na subjetividade popular são tão completas que, em eleições de qualquer nível, tal fenômeno pode construir significados novos para a política democrática. Eles vão mais além dos reclamos contra as carências da vida cotidiana e a defesa abstrata da democracia e podem gerar algum tipo de radicalismo, que, eventualmente, pode se tornar tanto próximo do fascismo como de uma ideia socialista reorganizada.

As grandes políticas nacionais que têm importância para democracia e para aprofundar a republicanização do país não são mais as mesmas daquelas visões humanistas tradicionais, embora estas sejam obrigações incontornáveis das gestões locais de esquerda: o combate à fome, a assistência social-democrata, o respeito aos direitos humanos - tanto no plano de gestão pública mais geral, como na esfera dos serviços do município - não são mais suficientes para coesionar grandes contingentes populares em torno dos ideais da esquerda.

O que circula como necessidade hoje, no entanto - como chave para uma vitória eleitoral da esquerda nos grandes centros urbanos -,

é a natureza das alianças políticas para confrontar o reforço da capacidade hegemônica das classes dominantes locais e globais, e - ainda - como formar a opinião - através das redes sociais e dos outros meios de comunicação e informação - sobre a insegurança generalizada, que atinge a totalidade do mundo do trabalho e as classes médias mais pobres, principalmente os intermitentes, precarizados, autônomos, pessoas vinculadas ao serviço público, bem como a questão da segurança pública cidadã em sentido estrito.

A insegurança pública como insegurança objetiva que fragiliza o Estado para cumprir suas funções públicas; a insegurança que permeia o próprio Estado para que este possa exercer suas funções soberanas - cada vez mais pressionadas pelos critérios de “despesas” e “investimentos” pela ordem do capital financeiro globalizado - é que jogarão um papel-chave para que estas eleições municipais passem a ter um efeito tão grande como aqueles observados nas eleições de 1974.

As políticas de transição negociada sem povo, contudo, ainda durante a vigência do regime militar, também deixaram um resquício de herança virtuosa. Se tiveram o condão de equiparar os crimes de tortura e assassinatos nos porões da ditadura, aos crimes políticos cometidos nos atos de resistência ao regime, também trouxeram para o imaginário da sociedade o debate político democrático, até então considerado como subversivo.

É consensual que a Lei da Anistia, mesmo com este duplo “gume”, colocou a luta democrática em um novo nível, tanto internamente como nas movimentações de apoio à democracia que provinham do exterior. Mas também criou uma adubagem amoral, que nos legou a



possibilidade do bolsonarismo, com a sua multiplicação patológica do ódio de classe e, mais estrategicamente, uma nova solidariedade intraburguesa, nas eleições nacionais, que sempre reaproveitam o anticomunismo.

Os outros episódios relevantes, que deveríamos considerar para examinarmos o efeito das eleições municipais neste ano de 2024, são os movimentos golpistas não espontâneos, ocorridos no país em 2013, nos quais foram testados os novos métodos da direita nacional, já articulada com a extrema direita mundial que – com seu caráter profascista – produziu um novo sistema de alianças entre as classes dominantes no mundo inteiro.

Aqui, os setores de centro vão para a centro-direita e a direita tradicional conservadora faz um elo com a extrema direita profascista, criando a naturalização da antipolítica, para dar base à formação de um novo bloco de poder político, dentro e fora do Estado, sobretudo antissocial-democrata e antidemocrático.

Os movimentos de junho de 2013 foram manipulados por uma nova direita neoliberal que refez, principalmente aqui no Brasil, a sua estratégia de alianças, orientando-a para atuar irmanada com o fascismo e as religiões do dinheiro, de caráter fundamentalista, não raro com ações de caráter criminoso. Esta virada no sistema de alianças redundou na eleição de Jair Bolsonaro e no seu desgoverno de luta pela liquidação da Constituição pactuada em 1988.

Deve ser lembrado que o governo que sucedeu o “golpe parlamentar” contra o governo da presidente Dilma Rousseff produziu

todos os atos preparatórios, sobretudo as agendas econômicas, políticas e educacionais, para chegarmos onde estamos, suspensos entre dois universos: o do fascismo redivivo na ofensiva e o da democracia “cansada”, esta atada aos seus velhos métodos de defesa do liberalismo político, sem que a esquerda fosse capaz de renovar seu entendimento do mundo.

Entre dois mundos sem trégua

Um salto de 44 anos (de 1974 a 8 de janeiro de 2023) nos leva à “invasão” e depredação das sedes dos três Poderes da República. No bojo do inquérito 4879, o ministro Alexandre de Moraes determinou o imediato afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, medida polêmica, já que havia sido decretada intervenção federal na Secretaria de Segurança do Distrito Federal.

O Supremo Tribunal Federal (STF), também de forma ousada, “determinou a dissolução em 24 horas dos acampamentos golpistas armados nos arredores de quartéis e unidades militares em todo o território nacional”. Era o Supremo Tribunal da Nação honrando a sua missão de rezar a Constituição para fixar na democracia continental, entre dois mundos, os caminhos onde Gabriel Boric e Lula são os símbolos de uma dupla possibilidade de democracia e o fascismo, a possibilidade da barbárie

“Entre os dois mundos”, diz Pasolini, no seu poema “As cinzas de Gramsci” é “a trégua em que não estamos”, que, seguramente, deve nos incitar a pensar em novas formas de defesa política e institucional para refundar a ação política, mas também o Estado de Direito, como um Estado de Segurança contra os assaltos funestos à democracia liberal que se avizinham. É um longo e complexo período que recém começou.

O “estado de segurança” pública, no Estado de Direito formalmente organizado, é aquela situação material em que as suas instituições formais são aptas para afastar “qualquer perigo” ou instabilidade grave, operando dentro das suas instituições legítimas e nas suas formas legais.

No caso da invasão do Supremo e do Congresso, toda a insegurança destrutiva foi levada ao seu teste-limite, pois ali foi fundada a crise da Segurança do Estado, para preservar suas instituições formais, com a Segurança Nacional, esta submetida aos ataques de marginais organizados nas redes, com suas consequências como crimes políticos, quando foi testada a Segurança Pública, deixada à mercê das hordas fascistas, as quais cometeram todas as tropelias e crimes comuns em série.

Estudos difundidos pela Rede Global para Defesa da Democracia lembram: “que meados da década de 1970 a meados da década de 2010, houve um aumento no número de democracias em todo o mundo, conhecida como a terceira onda democrática do século XX. De 2006 em diante, o processo de democratização global perdeu força, abrindo espaço para o surgimento de lideranças políticas auto-

cráticas. A partir de então, tanto os regimes democráticos incipientes como as já democracias consolidadas entraram em ciclos de crise política, de encerramento do espaço cívico e de ataques às liberdades democráticas”.

O caso chileno é emblemático. Ali, o espontaneísmo, a fragmentação social e o identitarismo idealista, sem visão estratégica para estabelecer sólidas relações de poder, surgem da própria aliança que elege o presidente Gabriel Boric, um das mais destacados políticos da América Latina da nova geração, cuja liderança já ombréia com o presidente Lula.

Em uma recente entrevista dada ao jornal *El País* (10/03/2024), o presidente Boric disse que “os princípios do nosso Governo se mantêm totalmente firmes”. E segue: “A profundidade das mudanças que imaginamos em um certo momento foi na contramão do que queria a maioria da população. Isso é inegável”, constatação que já é reflexo da formidável desesperança com os limites da democracia liberal representativa.

E continua: “E isso implica em ajustar-se, mas sem – por isso – desviarmos dos nossos princípios: mudaram as prioridades e a velocidade, mas não o sentido dos nossos princípios”, agrega o presidente chileno. Combinar a manutenção dos princípios das velhas ideias social-democratas do começo do século passado com as lutas concretas do “dia a dia”, em um contexto em que a democracia é confrontada mais do que com uma crise do capitalismo, mas com uma crise civilizatória acompanhada pelas novas revoluções tecnológicas, é uma tarefa ciclópica. Esta é a época que nos desafia. Suspensos em uma trégua em que ainda não estamos conscientes nem da sua gravidade, nem da nossa potência política para superá-la.

Nota

1. Advogado, autor de livros de Direito e Teoria Política publicados no Brasil e no exterior. Foi Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado e Ministro de Educação e da Justiça nos Governos Lula. Doutor Honoris Causa, entre outras honrarias acadêmicas, da UNISC e da UFPEL. Nasceu em São Borja, em 1947, e reside em Porto Alegre desde janeiro de 1973.

Referências

DOWBOR, Ladislau A sociedade na era digital: um outro modo de produção. *dowbor.org*, 2024. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2024/04/Sociedade_era_digital.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2024.

SIMPSON, XIMENA. Las Elecciones Generales 2022 de Brasil: una mirada longitudinal a los desafíos de la democracia. *Revista Elecciones*, 2022. Disponível em: <https://revistas.onpe.gob.pe/index.php/elecciones/article/view/266/762>.> Acesso em: 23 de abril de 2024.: La ola de descontento tuvo como caldo de cultivo las denuncias e investigaciones sobre actos de corrupción que involucraron gran parte del sistema político brasileño, en especial el Partido de los Trabajadores (PT), el Movimiento Democrático Brasileño (MDB), el Partido Progresista (PP) y el Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB). (...) Al deterioro de la economía, que golpeó fuertemente el segundo mandato de la presidenta Rousseff del PT (2010-2016) -con una drástica caída del producto interno bruto (-3.8%), y el alza del desempleo (11.6% en 2016) y de la inflación (10%), se sumó una crisis de legitimidad midad de la política y uno un desplazamiento del modelo consociativo de la democracia representativa. Estos hechos abrieron espacio para la entrada en escena de actores con discursos disruptivos, conservadores y violentos (SIMPSON 2022).

VIEIRA, Oscar Vilhena. **O STF e a defesa da democracia no Brasil**. Volume 12, Número 1, Junho de 2023.

Journal of Democracy em Português. Disponível em : <https://plataformademocratica.org/arquivos/jun-23/JoD-jun23-completo.pdf>. Acesso em : 23 de abril de 2024.

GENRO, TARSO. Segurança de estado e segurança nacional: novos sentidos da segurança pública na ordem global. *Consultor Jurídico*. 26 de julho de 2023. <https://www.conjur.com.br/2023-jul-26/tarso-genro-seguranca-estado-seguranca-nacional/>. Acesso em : 23 de abril de 2024.

Rede Global para Defesa da Democracia – Escritório de Washington Brasil. Disponível em <https://www.braziloffice.org/>.

GENRO, Tarso. Lula, a voz forte do antifascismo num “dia quase perfeito” (por Tarso Genro). 19 de mar.de 2024. <https://sul21.com.br/opiniao/2024/03/lula-a-voz-forte-do-antifascismo-num-dia-quase-perfeito-por-tarso-genro/>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

Nilton Mullet Pereira

Historiador, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2004) e professor Titular da UFRGS, na área de Ensino de História.

Os perigos da aula de História

Se uma aula de História não abordar raça, classe, gênero, certamente se resumirá a ensinar a velha história política, ao afirmar a existência de heróis nacionais ou de grandes homens brancos que teriam sido os sujeitos principais da história.

Ensinar História hoje é perigoso? Estudantes do quinto ou sexto período do curso de licenciatura em História renovam, constantemente, essa pergunta. Certamente, o fazem de modos diferentes e com outras palavras. De qualquer forma, a ideia-força que transita em todas as perguntas sobre o tema gravita em torno da seguinte: Por que ensinar História, no Brasil, nos tempos atuais, tem sido uma atividade docente que tem implicado em controle, vigilância e até perseguições de professores e de professoras? Eis uma questão longa, mas que resume a ideia de que temos a impressão de que ensinar História é perigoso, o que a realidade factual tem mostrado de maneira mais ou menos farta.

Neste artigo, gostaria de elencar algumas razões que nos fazem ser, em determinados momentos, perseguidos ou interpelados, ao abordar determinadas temáticas em nossas aulas de História e, ao mesmo tempo, responder à pergunta de que por que ensinar História incomoda e desacomoda determinadas formas cristalizadas de pensar as relações entre os seres do mundo. Por vezes, professores e professoras de História se autocensuram e têm certo receio ao abordar temáticas como gênero, raça, classe, pobreza, ditadura, uma vez que tais temas podem causar murmúrios, reclamações e desacomodação em determinadas pessoas, que se sentem ofendidas com a multiplicidade das formas de vida ou com a crítica social. Aliás, se uma aula de História não abordar raça, classe, gênero, certamente se resumirá a ensinar a velha história política, voltada a afirmar a existência de heróis nacionais ou de grandes homens brancos que teriam sido os sujeitos principais da história do Brasil. Eis uma história fortemente ideológica, uma vez que aborda apenas a vida de uma gama muito pequena das pessoas e dos grupos sociais, étni-

cos e de gênero, os quais teriam a primazia na construção do país – homens, brancos e, via de regra, ricos.

Sobre os perigos

Gostaria de imaginar esses perigos de duas maneiras distintas, porém, inextricáveis. Temos o perigo do próprio ato professoral, decorrente da vigilância e do controle que se faz da nossa aula, das nossas palavras e dos argumentos históricos. Ou seja, o perigo de, sendo professor de História e ao abordar temáticas sensíveis, ser perseguido e ter sua sala de aula vigiada. E temos o perigo como marca inerente à aula de História, perigo que a própria aula cria para todas as estruturas que mantêm sob segredo seus começos, suas estratégias de poder e o início quase sempre insidioso de estruturas e instituições.

O pacto com a vida

Ensinar História é fazer um pacto inexorável com a vida e com a existência. De tal modo que qualquer conteúdo de ensino implica mais vida, mais compreensão, mais interpreta-

ção, mais conhecimento e, sobretudo, mais força para existir e para agir no mundo. Tudo se passa como se a aula de História fosse um palco por onde a vida passa, é vista, é problematizada e é ampliada. Isso é muito perigoso, nos dois sentidos que descrevi anteriormente. Porque se a aula de História ensina sobre a vida das pessoas, no passado e no presente, com o propósito de aumentar a força da existência de quem aprende, temos que abordar o que, às vezes, nos incomoda e o que incomoda outras pessoas.

Portanto, ensinar História incomoda

O ensino de História incomoda ao apresentar o brutal começo das coisas. São em salas de aula de História que as coisas adquirem sua inapelável provisoriedade; sua contingência e sua criação, às vezes bem pouco nobres. Se podemos tomar como exemplo o mundo liberal e capitalista em que a maioria das pessoas vive, hoje, uma aula de História mostra, com teoria, método e documentos, que criamos uma civilização sobre estruturas do mal (WHITE, 2018), a civiliza-

Foto: Igor Sperotto sobre imagem original de Leonardo Savaris / Sinpro/RS



artigo

Os perigos da
aula de História

ção construída pelo chamado mundo ocidental teve um início nada solidário e muito pouco generoso. Na base do sistema capitalista, residem a morte, o genocídio, a escravização e a destruição do meio ambiente. Os novecentos comprovam fartamente o que se torna objeto inescapável de uma sala de aula, quando apresenta os processos de acumulação de capitais e de exploração de matérias-primas na África e na Ásia.

Da mesma maneira, também incomoda aqueles que pensam que a História é constituída de universais. As singularidades e os modos de vida das pessoas, inclusive em suas singelas alegrias, parecem ferir fortemente a crença em um mundo onde determinadas formas de ser e de agir se tornaram, pela força, universais e modelares.

A aula de História apresenta a inapelável multiplicidade da vida e, ao mesmo tempo, ensina que cada criação de um universal se deu pelo sofrimento inuspeito de muitos que a ele não se adequaram ou que eram diferentes.

Ou seja, uma aula de História apresenta a historicidade de todas as existências, inclusive aquelas que nos parecem permanentes e absolutas. Ao mesmo tempo, ela ensina sobre as

particularidades do mundo Yanomami e sobre as singularidades de Exu, cada um visto e interpretado como formas de vida, como culturas que têm um tempo e um lugar específicos.

A alegria de cada pessoa ou de cada ser diz respeito a um modo de vida único e irrepetível, irredutível a um suposto modelo de ser e de viver. A aula de História desconstrói, portanto, a pretensão modelar e padronizadora de todos os universais e conta a história de sua criação, mergulhada em relações de poder e de violência.

Entretanto, ao combater os universais, professores de História não se perdem em um *laissez faire*, em que qualquer opinião pode ter visibilidade. A aula de História não permite a entrada de opiniões, interpretações ou ficções que violem os direitos da existência plural da vida. A discriminação e o preconceito não têm lugar na sala de aula, exceto como conteúdos de ensino.

Professores de História e seu pacto com a vida

Ao ter como conteúdo fundamental de suas aulas a historicidade e a provisoriedade de todas as coisas, de todas as ideias

Foto: Foto: Tânia Rego / Agência Brasil

Ensinar a multiplicidade do mundo, por vezes, parece incomodar aqueles adeptos da verdade única, do pensamento único.

que as pessoas, os povos e os grupos humanos têm criado ao longo do tempo histórico, a aula se debate com o perigo de dizer algo que contrarie ou que se diferencie de determinadas ideais de pessoas que supõem que suas crenças sejam universais. Desse perigo, decorre aquele que implica, por vezes, uma tentativa de calar o professor, de intervir em suas disposições curriculares, em taxar de ideológica sua abordagem.

Mas o que fazem professoras e professores de História senão ensino e pesquisa, senão ensinar os produtos da pesquisa histórica? Professores de História são como médicos ou arquitetos ou cineastas: criam conteúdos, criam conceitos, leem o mundo e intervêm nele para criar e produzir mais vida. Logo, se professores de História doutrinam o que fazem, é doutrinam para a leitura, para o conhecimento, para a abertura ilimitada às experiências dos seres do mundo; doutrinam para a liberdade de pensar e de agir, sempre tendo a generosidade e a solidariedade como sustentáculos do que dizem, do que fazem e das histórias que contam.

Professores de História, como afirmei no início deste artigo, fazem um pacto com a vida, ensinam os imaginários de diferentes povos, das diversas organizações sociais e políticas de outras sociedades, de outros mundos, sem preconceitos e sem discriminações.

Sobre a multiplicidade e o julgamento moral

Ensinar a multiplicidade do mundo parece incomodar aqueles adeptos da verdade única, da história única que, por acaso,

são sempre as suas próprias. Pois, se acham “as pessoas mais interessantes do mundo” (KRENAK, 2020) e isso lhes daria o direito ao julgamento dos outros. Esse pensamento moralizante, que torna o mundo um lugar de verdades absolutas e crenças universais, as quais criam a possibilidade de julgar outros modos de vida e outras crenças, está na base de toda a perseguição e de toda a vigilância à aula de História.

Professores de História não acham que o patriarcado criou e mantém um modo de julgar as diferentes formas de relações de gênero e sexualidade; professores de História ensinam como, historicamente, o patriarcado criou formas de vida que estão na base do nosso modo de pensar e de se relacionar com as mulheres e com as pessoas LGBTQIA+, modos que implicam a violência, a brutalidade, a morte e o feminicídio. Essa história é contada com teoria, com método e com ciência, não se trata da imaginação de uma historiadora ou de uma professora de História.

Ora, quando o professor ensina sobre a história do movimento LGBTQIA+, não está a querer fazer com que cada estudante se torne uma pessoa trans, gay ou lésbica, mas que eles conheçam e aprendam com os modos de vida diferentes dos seus, para que possam fazer melhores escolhas no futuro, para que possam aumentar seu repertório de possibilidades de vida e para que possam exercer o respeito pela própria vida. Eis a ideia central deste artigo: aprender História não se trata de acumular conteúdo ou erudição, mas de ampliar as possibilidades de vida, elemento vital nos processos de socialização levados a efeito na escola.



Uma bela aula de História sobre o Batuque ou o Candomblé não implica na conversão dos estudantes a essas religiões, mas lhes permite conhecer a pluralidade das manifestações religiosas da humanidade e leva os estudantes a pensar no mundo como um lugar habitado por múltiplas possibilidades de vida. O respeito, mais uma vez, se torna a aprendizagem vital.

Ao ministrar uma aula sobre a ditadura civil-militar (1964-1985), o que se apresenta não é um debate opinativo entre quem é contra ou que é a favor, porque o debate é conceitual. O conceito de ditadura civil-militar foi construído em um longo tempo pela historiografia, pela ciência histórica, em um trabalho rigoroso com os documentos históricos, os quais dão a base empírica, factual, para a argumentação e a interpretação históricas. Logo, não se pode interpelar ou exigir reparação ou mesmo solicitar a demissão de professores porque estes afirmam que a ditadura foi decorrente de um golpe de estado; ou que professores abordam a pluralidade das religiosidades existentes no Brasil e no mundo; ou mesmo que professores se dediquem a entender a triste realidade de assassinio de pessoas trans e de mulheres no Brasil.

Professores e afetos

Um professor de História não é uma Inteligência Artificial, que desenha contextos e os oferece a qualquer pessoa, como um saber isento e neutro. Professores de História são pessoas que vivem neste tempo, que têm um passado, que se ressentem com as políticas públicas, que estão mergulhados na vida, com seus sofrimentos e suas alegrias. Logo, profes-

sores de História contam histórias com método, ciência, empiria, mas o fazem com emoções e com afetos (PEREIRA & TORELLY, 2023). Do mesmo modo, os estudantes não aprendem apenas com a inteligência, com a racionalidade, mas se envolvem emocionalmente com o que aprendem, são afetados pelas histórias alheias e pelas suas próprias histórias que, por vezes, nem sabiam que eram suas. Então, a sala de aula de História não é apenas o lugar de uma ciência sem afetos, mas é um lugar de afetos, onde a ciência se torna vida, da vida e para a vida.

A sala de aula é um espaço público, um lugar de socialização, aí residem os conceitos, os conhecimentos, as datas, os acontecimentos, mas residem também o imprevisível, uma pergunta, um sentimento, uma crítica, um debate, uma discussão, é o fluxo da vida na sala de aula. Nesse sentido, o professor não é um robô, nem um paciente assistente que vê a vida passar, mas uma pessoa que se zanga, que se emociona, que chora com as histórias que conta, que se emociona com elas, que se deixa afetar e assim quer que sejam seus alunos.

Há mais ou menos uma década, um movimento chamado Escola Sem Partido tentou apagar o afeto da sala de aula de História, supondo e pregando ser a sala de aula apenas um lugar onde um conhecimento que a ninguém toca ou emociona, um conhecimento supostamente não ideológico. O “pânico moral” em relação, sobretudo, às questões de gênero e sexualidade se juntou a tentativas de negacionismos de toda a ordem, desde a negação da ditadura até a negação da escravidão e a negação do holocausto. Um tom acusatório e perverso



so foi utilizado para tentar calar professores, intervir em currículos e gravar salas de aula.

Ousadia

Mas fazemos ciência, planejamos, pesquisamos e ministramos aulas para um público plural e diverso, geramos situações de aprendizagens sobre as mais diversas manifestações políticas, culturais e sociais dos povos ao longo do tempo. E continuaremos a mostrar que a vida é multiplicidade, que o respeito aos outros é o elemento que nos permite, ao mesmo tempo, possibilitar a existência do outro e aprender com ele. Aprender não significa professar a fé do outro, quer dizer imaginar outras formas de resolver problemas e de viver a vida.

Nesse processo, continuaremos a ser perseguidos, por vezes vigiados, tendo aulas gravadas, mas nossa ousadia de ter a infinidade do tempo como matéria de ensino nos faz continuar a nos debater contra a iniquidade, contra todos os que promovem a miséria, a pobreza, o racismo e a discriminação.

Referências

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PEREIRA, N. M., & TORELLY, G. Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. *Revista História Hoje*, 12(26), 2023. Disponível em <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i26.1042> Acesso em 19 fev. 2024.

WHITE, Hayden. O passado prático. *Artcultura*, Uberlândia, v.20, n.37, p. 09-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/artc-v20-n37-2018-47235> Acesso em: 25 jul. 2019.

Vida é
multiplicidade.
E respeito aos
outros é o elemento
que permite, ao
mesmo tempo,
possibilitar a
existência do outro
e aprender com ele.

Margot Andras
Professora de Química,
especialista em
Pedagogia e Psicodrama
e mestre em Educação e
diretora do Sinpro/RS.

O principal objetivo da Conferência Nacional de Educação (Conae) foi o de promover o debate e a reflexão sobre os rumos da educação no país, considerando as demandas e necessidades locais, regionais e nacionais.

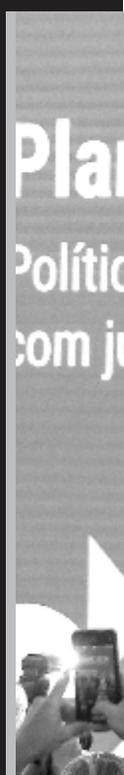
A Conae e o novo Plano Nacional de Educação

A Conferência Nacional de Educação (Conae-2024) foi um espaço democrático e participativo que reuniu representantes de diversos setores da sociedade, incluindo educadores, estudantes, gestores públicos, sindicatos, ONGs e outros atores envolvidos com a educação. O principal objetivo da Conae era promover o debate e a reflexão sobre os rumos da educação no país, considerando as demandas e necessidades locais, regionais e nacionais.

No dia 30 de janeiro de 2024, na sede da Universidade de Brasília (UnB) na capital federal, aconteceu a última etapa das Conferências iniciadas nos municípios brasileiros na metade de 2023. O propósito da Conae foi construir, ajustar e aprovar uma proposta de Plano Nacional de Educação (PNE), texto que servirá como orientação para a criação da minuta do Projeto de Lei do novo PNE 2024-2034, o qual deverá ser o balizador da educação nacional nos próximos 10 anos.

O Documento Final da Conae, resultado da construção entre delegadas e delegados que participaram da etapa nacional, foi enviado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) ao Ministério da Educação, em fevereiro, e dará subsídios para o Projeto de Lei (PL) a ser enviado ao Congresso Nacional, definindo os parâmetros e as metas da educação do país nos próximos anos.

O atual PNE encerra sua vigência em 24 de junho de 2024. Para sua elaboração, foi fundamental a contribuição da Conae de 2014. O encerramento da sua vigência explica a pressa na convocação das Conferências e na construção e aprovação do novo PNE, que deverá representar a ampla



discussão da sociedade, instituições de ensino, trabalhadores da educação, estudantes e demais envolvidos e interessados. A meta é que, em janeiro de 2025, o novo PNE já entre em vigor.

A virtude da Conae é a participação democrática e inclusiva de diversos atores da sociedade na discussão e formulação de políticas educacionais. Isso contribui para a construção de propostas mais representativas e alinhadas com as demandas da comunidade educacional.

Qualidade

Durante a Conferência, foram discutidas e elaboradas diretrizes e propostas que orientarão a elaboração e implementação de políticas educacionais nos níveis municipal, estadual e nacional. Essas propostas devem influenciar a agenda educacional do país e contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

A Conae também é importante para o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais existentes, permitindo identificar desafios e propor soluções para promover avanços na área da educação.

As contribuições ao texto do novo PNE vêm sendo debatidas desde a metade de 2023, nas conferências municipais,

estaduais e distrital, até chegar à etapa nacional. Algumas propostas já estavam no antigo PNE e serão renovadas, como a universalização da pré-escola a partir dos 4 anos; a ampliação das matrículas da educação profissionalizante no ensino médio; a adoção dos padrões de qualidade e regulamentação para a educação a distância (EaD) no ensino superior, e o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

O PNE é uma política de Estado que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil ao longo de um período de 10 anos. O PNE será o resultado de um processo amplo de discussão e negociação, o qual envolve a sociedade civil e o poder público.

É o PNE que define metas concretas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação em diversas dimensões, como acesso, permanência, aprendizagem, valorização dos profissionais da educação, entre outras.

É o instrumento que orienta o planejamento educacional em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), servindo como referência para a elaboração de políticas, programas e ações educacionais. Além disso, permite o monitoramento e a avaliação contínua dos avanços alcançados em relação às metas estabelecidas. Representa um compromisso do

Foto: Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Conferência Nacional de Educação 2024-2034:

Política de Estado para garantia da educação como direito humano

Justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável



artigo

A Conae e o novo Plano Nacional de Educação



Estado brasileiro com a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável do país.

A Conae reitera o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, organização e regulamentação da educação nacional, qualidade da educação, gestão democrática, avaliação, democratização do acesso, permanência e sucesso escolar, formação e valorização dos trabalhadores em educação, financiamento da educação e controle social, justiça social, inclusão, diversidade e igualdade.

Essa última Conferência reuniu, em Brasília (DF), de 28 a 30 de janeiro, delegados e delegadas representando os segmentos educacionais e setores sociais, incluindo entidades que atuam na educação pública e privada e em órgãos do poder público.

O tema dessa Conferência foi: “Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimen-

to socioambiental sustentável”. Milhares de delegadas e delegados, desde o início das conferências municipais, avaliaram os problemas e as necessidades da educação no país, visando à elaboração de novas metas e estratégias para a superação das desigualdades e garantia do direito à educação de qualidade para todo(a)s.

Foram mais de 1.300 conferências realizadas em todo o país, envolvendo mais de 4.300 municípios, em todos os 26 estados e no Distrito Federal, contando com a participação de milhares de pessoas.

A Comissão Especial de Sistematização e Monitoramento do Fórum Nacional de Educação (FNE) informou que foram contabilizadas 8.651 emendas aos 1.134 parágrafos que compõem o Documento-Referência (o texto inicial), as quais foram inseridas pelos 26 estados e pelo Distrito Federal.

A Conae - 2024 na etapa Nacional foi promovida pelo Ministério da Educação, e sua organização ficou sob responsabilidade do FNE, diferentemente da última em que o Conselho Nacional de Educação teve o protagonismo. Sua convocação ocor-



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebon / Agência Brasil

A Conae 2024 também pautou a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, corroborando a defesa do governo quanto à inclusão de todos os brasileiros.

reu através do Decreto-Lei nº 11.697/23. Só em Brasília, na etapa Nacional, havia cerca de 2,5 mil pessoas, que, durante os três dias da programação, debateram e aprovaram as propostas do texto para o novo PNE 2024-2034.

A Conae contou, ainda, com 204 observadores; 78 palestrantes e 200 pessoas que atuaram no apoio, como servidores do MEC, estudantes, docentes e servidores da UnB. A Conferência também se preocupou com a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, corroborando a defesa do governo quanto à inclusão de todos os brasileiros e à construção de um programa educacional com a cara do Brasil e de suas necessidades.

Eixos

A Conferência teve sete eixos, os quais debateram seus textos em plenárias simultâneas de discussão do Documento-Base e suas emendas trazidas das conferências anteriores. Ao todo, foram 40 horas de avaliação e discussão das emendas recebidas pelos estados e municípios. Também houve 34 colóquios, para o aprofundamento de temas relacionados ao Documento-Base, como “Sistema Nacional de Educação”, “Saúde e Educação”, “Alfabetização”, “Educação antirracista”, “Escola pela igualdade”, “Escola e Democracia”, “Escola de Jovens e Adultos”, entre outros.

Os sete eixos do texto-referência debatidos e construídos para redação do documento final são:

Eixo I - O PNE como articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais de educação, em prol das ações integradas e intersetoriais, em regime de colaboração interfederativa.

Eixo II - A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios.

Eixo III - Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade: equidade e justiça social na garantia do Direito à Educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência.

Eixo IV - Gestão Democrática e educação de qualidade: regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos processos e espaços de decisão.

Eixo V - Valorização de profissionais da educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira, e às condições para o exercício da profissão e saúde.

Eixo VI - Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência.

Eixo VII - Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.

Foram dias intensos de debates, de ânimos acirrados, calor, cansaço e em que foram construídas as propostas para os rumos da educação no próximo decênio. O Documento posteriormente protocolado no MEC guiará as metas do Plano Nacional de Educação 2024-2034, registrado como construção coletiva da sociedade. Foram a participação e a mobilização da sociedade que deseja uma educação democrática, de qualidade e inclusiva. O Projeto de lei que irá definir o novo PNE decenal será redigido pelo MEC e encaminhado ao Congresso Nacional. Entre as principais propostas para a educação aprovadas e incluídas no novo PNE, estão:

1- Revogação do Novo Ensino Médio, sendo substituído pelo

novo modelo que tramita no Congresso Nacional (PL 2601/2023 e PL 5230/2023).

2- Revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e substituição por um novo projeto curricular a ser construído.

3- Revogação da Base Nacional Curricular Formação, a qual aborda a formação de professores, sendo substituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas.

4- Universalização da pré-escola a partir dos 4 anos, do Ensino Fundamental de 9 anos e garantia de educação para toda a população até 17 anos.

5- Triplicar matrículas da educação profissionalizante no Ensino Médio.

6- Educação de tempo integral, de sete horas diárias, para pelo menos 50% dos estudantes.

7- Padrões de qualidade para a educação a distância.

8- Implantação efetiva do custo aluno-qualidade, parâmetro mínimo a ser investido considerando o critério de qualidade de ensino e não o orçamento disponível.

9- Investimento de 10% do PIB em educação.

Também foram apresentadas e aprovadas várias moções que servem para expressar o posicionamento da Conferência sobre diversos temas da educação.

Na Conae, além do texto para construção do novo Plano Nacional de Educação, denunciou-se a profunda perversão social e política do sistema educacional brasileiro. Registra-se que hoje no Brasil, na Educação Básica, os pobres, por seu reduzido poder econômico, têm sido apartados do direito à educação de qualidade, uma vez que a rede pública se encontra com precária infraestrutura e seus(as) professores(as) estão desmotivados(as) por salários baixos e pouca perspectiva de crescimento. Por outro lado, as crianças das classes médias e altas da sociedade podem optar pelo ensino privado, com melhores condições de funcionamento e acesso a processos preparatórios eficientes a fim de vencer o filtro competitivo de seleção do ensino superior.

É sabido que hoje, com a complexidade e diversidade da sociedade, a formação educacional dos jovens define questões como empregabilidade e mobilidade social. A falta de formação técnica, tecnológica e superior tem contribuído para manter a exclusão social que nos define como uma das nações mais desiguais do mundo.

Na Conae, além da construção do novo PNE, foi denunciada a perversão social e política do sistema educacional brasileiro.



Foto: José Cruz / Agência Brasil

Cabe ao PNE corrigir essas desigualdades e promover a equidade de vantagens a toda população estudante. A educação deve ser, inclusive, elemento estruturante e articulador de políticas públicas pró-equidade, deve atuar de forma sistêmica e integrada às políticas de ciência e tecnologia, cultura, esportes e lazer, interagindo com as diferentes realidades do país e atingindo todas as faixas etárias e todos os níveis e modalidades de ensino. Essa concepção fundamenta que o direito à educação fortalece o acesso aos demais direitos sociais e econômicos.

Parâmetros

O texto produzido e o PL devem garantir metas e parâmetros para reforçar que a educação tem função social e caráter solidário, realizado entre governos-escolas-comunidades. O processo educacional constrói cidadania e, com isso, futuros cidadãos/trabalhadores se formam para a vida, contribuindo na produção da base do conhecimento, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. A educação estabelece sólidos vínculos com os processos culturais e de lazer, e de promoção da saúde e qualidade de vida.

Realizar a Conae nesse momento foi uma grande oportunidade para debater e fortalecer a mobilização para um entendimento nacional sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e o lugar da educação nesse processo.

É importante referir que o último PNE foi abandonado nos últimos 6 anos e, portanto, voltar a discutir e pautar políticas públicas, metas, regulação fez dessa Conae – e da elaboração do novo PNE – o retorno balizador das demandas e necessidades da educação, e que irá nortear os próximos 10 anos, expressando os desejos da sociedade brasileira.

Trata-se de um PNE que reivindica o direito à educação – da infantil à pós-graduação –, o financiamento (na pós e na pesquisa), abrangendo também a educação básica, os profissionais da educação e o enfrentamento da militarização das escolas, a inclusão, a democracia, discute o desenvolvimento sustentável, a crise climática, entre outros temas.

Destaca-se que a reconstrução do país considera o processo produtivo, o desenvolvimento e a redistribuição da renda não se realizarão sem considerar os aspectos relacionados à qualidade e à natureza da educação. A Conae, representando a sociedade, enfatizou a necessidade de políticas públicas e um processo educacional que garanta a qualificação sócio-ocupacional da população e a qualidade do trabalho-emprego.

A Conferência Nacional de Educação (Conae) e o Plano Nacional de Educação (PNE) desempenham papéis fundamentais no contexto educacional do Brasil. Ambos são instrumentos essenciais para a formulação e implementação de políticas educacionais, que visam melhorar a qualidade e a equidade do sistema educacional brasileiro. Ressalta-se que tanto a Conae quanto o PNE são ferramentas fundamentais para promover debates, estabelecer diretrizes e metas, além de orientar a implementação de políticas educacionais no Brasil, com vistas a garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos.

Sobre a autora

É professora de Química, tem 36 anos de sala de aula, especialista em Pedagogia e Psicodrama, mestre em Educação e dirigente sindical.

Artur Eugênio Jacobus
Doutor em Administração pela Unisinos. Professor do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Unisinos. Atualmente, é vice-reitor da Unisinos.

A crise do Ensino Superior do Brasil: um caso *sui generis*

Em quase todo o planeta, fala-se sobre uma crise do ensino superior. No Brasil, vivem-se alguns dos problemas globais, mas nossos desafios têm contornos muito particulares.

O ensino superior brasileiro vive uma crise com características muito particulares. O número de estudantes no ensino superior seguiu crescendo, mesmo durante a pandemia, mas quase 2/3 dos novos ingressantes estão optando por cursos a distância. Enquanto universidades públicas e comunitárias perdem espaço, empresas com fins lucrativos concentram grande parcela das matrículas oferecendo cursos a distância com baixa qualidade e alta evasão. Este artigo busca caracterizar essa crise, explorar suas causas e apontar alguns caminhos para sua superação.

Em quase todo o planeta, fala-se sobre uma crise do ensino superior. Em países como Estados Unidos e Coreia do Sul, uma das faces dessa crise é a gradual diminuição no número de alunos. Na Europa, questiona-se a perda de legitimidade e de autonomia das universidades frente a processos de mercantilização e homogeneização do ensino superior. No Brasil, vivem-se alguns dos problemas globais, mas nossos desafios também têm contornos muito particulares. Nosso objetivo, neste artigo, é pôr em evidência as peculiaridades da crise do ensino superior brasileiro.

A dimensão quantitativa da crise

Com certa frequência, especialmente depois da epidemia de Covid-19, ouvem-se afirmações de que está diminuindo o número de alunos no ensino superior brasileiro. De fato, percebe-se, até visualmente, que há menos alunos nas instituições comunitárias e em parte das públicas, porém a verdade é que o total de universitários no Brasil tem crescido ano após ano, conforme revela o Censo da Educação Superior (Brasil, 2022). Mesmo durante a pandemia, o total de alunos matriculados seguiu em ascensão: eram 8.604.526 em 2019 e chegou-se a 9.444.116 em 2022.

Quando se examinam especificamente as instituições de ensino superior (IES) sem fins lucrativos, observa-se que elas já vinham perdendo alunos desde antes da pandemia: respondiam por 31,7% do total de matrículas em cursos de graduação em 2001, caíram para 26,5% em 2015 e atingiram seu mais baixo índice em 2022: 14,8%. Já as IES públicas apresentam, mais recentemente, uma estagnação no número de matriculados: eram 2.080.140 alunos em 2019 (Brasil, 2019) e 2.076.517 em 2022 (Brasil, 2022). No segmento das

IES com fins lucrativos, o cenário é bem diferente: respondiam por 34,3% dos matriculados em 2001 e, em 2022, contavam com 74,2% de todos os alunos de cursos de graduação.

Não há como negar que o ensino superior brasileiro está passando por uma rápida e intensa transformação: as IES com fins lucrativos aumentam sua participação no setor, em detrimento das IES comunitárias e públicas. É legítimo perguntar-se se essa radical mudança de cenário é o resultado que era esperado das políticas públicas implantadas ao longo das últimas décadas. A bem da verdade, deve-se começar respondendo a esse questionamento

dizendo que não houve, por parte dos diferentes governos que estiveram no poder ao longo deste século, nenhuma meta explícita de diminuir a participação das IES públicas e comunitárias. Pelo contrário, aquele que é talvez o principal norteador para as políticas públicas no campo da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, apontava, como meta a ser alcançada até este ano, que 40% das novas matrículas no ensino superior fossem em instituições públicas. A realidade mostra que se caminhou em sentido inverso: em 2015, as IES públicas respondiam por 17,9% das matrículas em cursos de graduação e, em 2022, tinham

Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



apenas 11,0% dos alunos matriculados nesse nível de ensino (Brasil, 2022). Cada vez mais alunos estudam em cursos de universidades privadas com fins lucrativos.

O mesmo PNE previa um aumento do percentual de jovens entre 18 e 24 anos cursando o ensino superior: a meta era que se chegasse a 33% em 2024. Pode-se imaginar que, com o aumento do número de alunos se dirigindo para a educação privada, estivéssemos evoluindo para atingir esse objetivo. Porém, aqui, novamente, meta e realidade não são convergentes.

Em 2021, conforme dados do Semesp (2023), apenas 17,7% da população entre 18 e 24 anos estava estudando em cursos superiores, e a tendência em comparação com o ano anterior era de leve queda. Ou seja, embora o número de alunos no ensino superior tenha crescido em termos absolutos, não conseguiu subir percentualmente em relação ao total de jovens em idade para ingressar na universidade. E aqui se revela uma dificuldade histórica do Brasil, que tem se mantido bem atrás de outros países latino-americanos, como Argentina, Chile, Colômbia e México, no percentual de jovens com 18 a 24 anos no ensino superior (OECD, 2023). Portanto, a história recente do ensino superior brasileiro não se refere apenas à perda de espaço das universidades públicas e comunitárias ou à ascensão das instituições com fins lucrativos. Essa história se refere essencialmente a decisões políticas que têm beneficiado determinados grupos econômicos, enquanto agravam a crônica incapacidade de se oferecer educação superior de qualidade a uma parcela cada vez maior de brasileiros.

Forjando um ambiente favorável às empresas educacionais

Se os resultados alcançados no ensino superior têm sido incongruentes com as metas do PNE, o mesmo não se pode dizer em relação às políticas de regulação do ensino superior, as quais vêm atendendo às principais demandas do segmento das IES privadas com fins lucrativos. Voltando ao final do século XX, o primeiro movimento regulatório que abriu terreno para que empresas pudessem explorar o segmento educacional está presente na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de



A permissão para que empresas com fins lucrativos explorassem o ensino superior criou uma configuração única, capaz de explicar por que a educação a distância predomina no Brasil.

1996. Pouco depois, por meio do Decreto 2306/97, que regulamentou o Sistema Federal de Educação, reconheceu-se o direito de IES com fins lucrativos atuarem no segmento do ensino superior. Universidades privadas existem na maioria dos países, mas, em geral, não são autorizadas empresas educacionais que visam ao lucro. Países próximos como Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia apenas permitem IES privadas sem fins lucrativos. Nos Estados Unidos, IES com fins lucrativos têm liberdade para atuar, mas respondem por um número pouco expressivo do total de matrículas: 5,3% em 2022 (U.S. Department of Education, 2023).

A permissão para que empresas com fins lucrativos explorassem o ensino superior criou uma configuração única no Brasil, capaz de explicar por que em nosso país a educação a distância está se tornando predominante em relação à educação presencial. As IES comunitárias sempre tiveram reduzida capacidade de investimento, tendendo a ter um único campus ou um pequeno conjunto de *campi*. Essa restrição se deve ao próprio estatuto de entidade sem fins lucrativos, que obriga a que o superávit da operação seja aplicado na própria instituição. Dada a sua vinculação com o seu entorno, as instituições comunitárias aplicaram seus recursos excedentes apostando em iniciativas como a abertura de programas de pós-graduação estrito senso, desenvolvendo a pesquisa nacional, e a criação de parques

tecnológicos, de forma a fomentar o desenvolvimento das regiões onde atuam. Em um período de menor competição e alta demanda, que caracterizou o final do século XX e os primeiros anos do século XXI, as IES comunitárias estavam em um ambiente institucional que lhes possibilitava fazer investimentos de baixo retorno econômico, mas com alto impacto social. Contudo, a gradual consolidação das IES com fins lucrativos fez com que esse contexto institucional mudasse radicalmente.

Concentração de matrículas

Se há um fenômeno que chama a atenção no contexto do ensino superior brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI, são as aquisições e fusões de IES com fins lucrativos, que geraram uma concentração das matrículas em um conjunto pequeno de grandes empresas, quase todas de capital aberto, donas de um patrimônio líquido conjunto de dezenas de bilhões de reais. Em 2020, as sete maiores empresas educacionais brasileiras (entre as quais, estão Cogna, Yduqs e Ser Educacional) tinham cerca de 1/3 de todas as matrículas das 2.250 IES privadas brasileiras (Sguissardi, 2021). Esse processo de oligopolização do ensino superior privado brasileiro é ainda mais notável quando o foco é colocado sobre a educação a distância. Por exemplo, em 2021, 70,8% de todos os estudantes em cursos de licenciatura em Pedagogia estavam matriculados em cur-

tos a distância. Destes, 78,7% eram alunos de um dos 10 maiores grupos empresariais educacionais (Minhoto; Bielschowsky; Aguiar, 2022). A rápida ascensão desses grupos não pode ser explicada sem que se mostre como foi se consolidando a regulação da educação a distância no ensino superior brasileiro.

O problema da educação a distância

A educação a distância, em princípio, não deveria se constituir em um problema, mas em uma solução. Há certa inevitabilidade na presença cada vez maior das tecnologias da informação e da comunicação nos processos educativos, tal como acontece em tantas outras atividades sociais. O Brasil, porém, acabou seguindo um caminho perigosamente peculiar quanto à inserção da educação a distância no cenário do ensino superior.

A concentração de matrículas em educação a distância em um pequeno número de grandes empresas é a consequência natural de dois processos inter-relacionados: a abertura do ensino superior às empresas com fins lucrativos e a flexibilização da oferta da educação a distância. Sem as limitações das suas congêneres comunitárias, as IES com fins lucrativos conseguem acumular capital e captar volumosos recursos no mercado financeiro para fazer aquisições e realizar massivos investimentos que lhes permitem ter ganhos de escala, diminuindo seus custos por aluno e desenvolvendo vantagem competitiva em relação às IES comunitárias.

A educação a distância jamais foi apontada como a prioridade das políticas de ensino superior brasileiro. Apesar disso, em poucos anos, em um mercado livre, com cada vez menor interferência estatal, especialmente a partir da

A educação a
distância jamais foi
apontada como a
prioridade
das políticas de
ensino superior
brasileiro.



flexibilização da educação a distância proporcionada pelo Decreto nº 9.057, de 2017, a modalidade EaD passou a ter mais ingressantes do que o ensino superior presencial. Trata-se de cursos com mensalidades muito menores do que as dos cursos presenciais. A atratividade dessa oferta aumentou consideravelmente com a escassez de financiamento público dirigida ao ensino superior. Em 2014, 21,3% dos alunos de graduação se valiam do Fies para financiar seus estudos. Com os cortes orçamentários a partir de 2015, o financiamento estudantil federal quase deixou de existir, sendo utilizado por apenas 0,9% dos universitários em 2021 (Semesp, 2023). Dessa forma, ao mesmo tempo em que a educação a distância se tornou um negócio rentável para grupos empresariais, capazes de alcançar grandes economias de escala, ela se tornou uma opção até para estudantes que prefeririam estudar em cursos presenciais,

mas se viram sem opção de pagarem as mensalidades mais caras dessa modalidade por não mais contarem com a opção do financiamento estudantil público.

A expansão da educação a distância é um fenômeno do nosso tempo, sendo verificado em todo o planeta, mas não há notícia de outro país, além do Brasil, em que o ensino remoto já tenha se tornado majoritário, pelo menos no que se refere aos novos ingressos. No Brasil, em 2022, conforme o Inep (Brasil, 2022), 65,2% dos ingressos na graduação aconteceram em cursos a distância, atingindo-se 45,9% de todas as matrículas nessa modalidade de ensino. No mesmo ano, em países da América do Sul, como Argentina, Chile e Colômbia, o percentual de universitários em cursos totalmente a distância oscilava entre 9 e 13%. Nos Estados Unidos, em 2019, o percentual era de 16% (U.S. Department of Education, 2023).

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



As grandes empresas educacionais tendem a adotar um modelo pedagógico em que a interação com o professor e com colegas é mínima.

O problema da educação a distância no Brasil não é apenas quantitativo. As grandes empresas educacionais tendem a adotar um modelo pedagógico em que a interação com o professor e com colegas é mínima. Na verdade, nesse modelo, o professor, tal como o conhecemos, deixa de existir, sendo substituído por produtores de conteúdo, que não interagem com os estudantes. Não à toa, o número de professores nas instituições privadas de ensino superior está caindo, mesmo com o aumento do número de alunos: entre 2015 e 2022, a redução do número de professores foi de 20,7%, ao passo que o crescimento do número de estudantes foi de 21,3% (Brasil, 2022). A baixa interatividade desse modelo pode ajudar a explicar os piores resultados dos cursos a distância em relação aos presenciais. Estudo que realizamos com todos os cursos que fizeram o Enade entre 2017 e 2019 revela que 41,6% dos cursos a distância ficaram com conceitos insuficientes (1 e 2). No Enade de 2019, 52% dos cursos a distância ficaram com conceitos 1 e 2. Somam-se a esse baixo desempenho os altos índices de evasão dos cursos a distância. Entre os ingressantes em cursos a distância em 2016, 65,5% haviam se evadido até 2020 (Brasil, 2020).

Caminhos para a superação da crise

Os dados aqui apresentados são preocupantes. Revelam uma nação que delegou para empresas com fins lucrativos a principal responsabilidade pela formação dos seus jovens no ensino superior. Revelam, também, uma omissão do governo federal na regulação e supervisão do setor, evidenciada pelos péssimos resultados dos cursos a distância nas avaliações de larga escala e pelos seus altos

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



índices de evasão. A superação dessa crise começa pela própria percepção de sua existência. Fora do ambiente acadêmico, é escassa a divulgação sobre o fracasso do modelo de ensino superior que o Brasil vem adotando, com a transferência massiva de alunos de universidades de excelência para instituições que oferecem cursos a distância com péssimo desempenho.

Somente a mobilização de professores, alunos, sindicatos e das entidades representativas das IES públicas e comunitárias pode fazer frente ao poderoso lobby das grandes empresas educacionais. A ação coletiva desses diferentes atores deve ter, em sua agenda, pautas como políticas públicas que ampliem o número de alunos das IES públicas e comunitárias, maior regulação da educação a distância e aumento do financiamento público para o ensino superior. Acima de tudo, para a superação da atual crise, é necessário superar o conformismo generalizado que nos levou até aqui e pensar criativamente em caminhos diferentes daqueles que foram trilhados nas últimas duas décadas.

Referências

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.
- MINHOTO, Maria Angélica.; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo.; AGUIAR, Thiago Borges de. **Expansão e mercantilização dos cursos de Pedagogia**: deformação em larga escala de futuros pedagogos. SciELO Preprints, 2022.
- OECD. **Education at a Glance 2023**. OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2023.
- SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023**. São Paulo: Instituto Semesp, 2023.
- SGUISSARDI, Valdemar. Desafios da educação superior no Brasil: racionalidade neoliberal e privado-mercantilização. In: FÉRRIZ, Adriana; MARTINS, Eliana; ALMEIDA, Ney (Org.). **A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 63-91.
- U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION, 2023. Digest of Education Statistics, 2023. Disponível em: <https://nces.ed.gov/programs/digest/>. Acesso em: 28 mar. 2024.



O Sinpro/RS tem muitas vantagens para os professores dentro e fora da sala de aula.

Associe-se!

Somos especialistas em você



Assessoria jurídica

Atendimento nas áreas trabalhista, cível, criminal e previdenciária. Agende uma consulta e conte com nossa equipe.



Cartão do Associado

Rede de descontos em produtos e serviços para sócios e dependentes. Livrarias, farmácias, restaurantes, viagens, roupas, academias e muito mais.



Espaço do Professor

Ambiente exclusivo no site e no App para consulta do andamento de ações trabalhistas, atualização do cadastro, acesso a boletos e a informações sobre plano de saúde e muito mais.



Comunicação

Site sinprors.org.br, jornal ExtraClasse, portal de notícias extraclasse.org.br, Revista Textual, boletim Período Livre e APP, entre outros veículos.



Fundação Ecarta

Galeria Ecarta, Ecarta Musical, Conversa de Professor, Cultura Doadora. A Ecarta é hoje uma referência na programação cultural do Estado.



Sinpro/RS Saúde

Convênios médico e odontológico com opções mais acessíveis e seguras. São alternativas aos planos oferecidos pelas instituições.



Previdência Privada

Ótima opção para planejar o seu futuro com mais qualidade de vida, garantindo uma renda mensal complementar durante a aposentadoria.



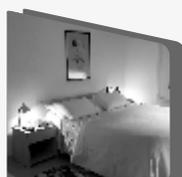
Apoio Contra a Violência

Equipe multidisciplinar, com diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogos, para amparar professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional.



Saúde e Qualidade de vida

Constituído pela plataforma Somos, com orientações de bem-estar aos professores para o seu dia a dia, e pelo Grupo de Caminhada e Corrida de rua.



Hotel Casa do Professor

Hospedagem para sócios e familiares em Porto Alegre, com 24 apartamentos equipados com TV, micro-ondas, frigobar, ar-condicionado, wireless e sala de convivência.



textual

R E V I S T A

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



www.sinprors.org.br/textual



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS